



PLANO DE GESTÃO

BIÊNIO 2017-2019

**Desembargador Ricardo Ferreira Nunes
Presidente do TJPA**

**Belém
2019**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Desembargador Ricardo Ferreira Nunes

PRESIDENTE

Desembargador Leonardo de Noronha Tavares

VICE-PRESIDENTE

Desembargador José Maria Teixeira do Rosário

CORREGEDOR DE JUSTIÇA DA REGIÃO METROPOLITANA

Desembargadora Vânia Valente do Couto Fortes Bitar Cunha

CORREGEDORA DE JUSTIÇA DO INTERIOR

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS

Sueli Lima Azevedo - **Secretária**

Maria de Nazaré Saleme - **Secretária Adjunta**

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E ESTATÍSTICA

Karla Loren L. Gonçalves – **Diretora**

Gleison Gomes - **Coordenadoria de Controle de Planejamento**

Fábio Djan Oliveira de Lima – **Coordenadoria de Estatística**

Elaboração

Valéria Fontelles – **Coordenadoria de Gestão Estratégica**

Luciana Vieira de Souza Caliri

Luciana Sá Fernandes

David Borges Reis e Silva

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO - PLANO DE GESTÃO 2017-2019.....	7
MACRODESAFIO: GARANTIA DOS DIREITOS DE CIDADANIA.....	8
Ações	8
PROMOVER AÇÕES DE DIVULGAÇÃO, CONSCIENTIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO VOLTADAS À GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	9
PADRONIZAR MEDIDAS QUE ASSEGUREM CELERIDADE E EFETIVIDADE DE PROCEDIMENTOS RELACIONADOS À INFÂNCIA E JUVENTUDE	10
CONSOLIDAR PROJETOS VOLTADOS À INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	11
INTENSIFICAR OS PROJETOS DE ITINERÂNCIA	12
IMPLEMENTAR PROJETO DE ITINERÂNCIA DO CENTRO JUDICIÁRIO E SOLUÇÕES DE CONFLITOS E CIDADANIA (CEJUSC)	13
APRIMORAR O TRABALHO DOS GRUPOS REGIONAIS PARA ATUAÇÃO NO JULGAMENTO DE PROCESSOS DA META 6 DO CNJ.....	14
DIGITALIZAR OS PROCESSOS DA META 6 DO CNJ	15
PROMOVER A CAPACITAÇÃO DE MAGISTRADOS E SERVIDORES DAS VARAS AGRÁRIAS	16
REDISCUTIR A COMPETÊNCIA DAS VARAS AGRÁRIAS	17
ELABORAR ESTUDOS PARA PRIORIZAR O ACESSO À JUSTIÇA DO IDOSO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE.....	18
MACRODESAFIO: CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JUDICIAL.....	19
Ações	19
IMPLEMENTAR O SISTEMA PJE NAS VARAS CÍVEIS.....	20
IMPLANTAÇÃO DO PROJETO CENTRAL DE DIGITALIZAÇÃO DO 1º GRAU	21
ESTRUTURAR AS VARAS CÍVEIS E CRIMINAIS DAS COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA COM LOTAÇÃO PARADIGMA	22
APRIMORAR A GESTÃO ADMINISTRATIVA DA TRAMITAÇÃO E DO CUMPRIMENTO DE MANDADOS JUDICIAIS.....	23
REALIZAR ESTUDO DE REDEFINIÇÃO DE COMPETÊNCIAS PARA REORGANIZAÇÃO DAS VARAS JUDICIAIS DE COMARCAS DE 2ª ENTRÂNCIA	24
ESPECIALIZAR VARA EM SAÚDE.....	25
FORTALECER O GRUPO GESTOR DE METAS E JUSTIÇA EM NÚMEROS	26
MACRODESAFIO: COMBATE À CORRUPÇÃO E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	27
Ações	27
APRIMORAR O TRABALHO DOS GRUPOS REGIONAIS PARA ATUAÇÃO NO JULGAMENTO DE PROCESSOS DA META 4 DO CNJ.....	28
DIGITALIZAR OS PROCESSOS DA META 4 DO CNJ	29
MACRODESAFIO: ADOÇÃO DE SOLUÇÕES ALTERNATIVAS DE CONFLITO	30
Ações	30
FORTALECER O NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS (NUPEMEC)	31
IMPLEMENTAR PROJETO DE ITINERÂNCIA DO CENTRO JUDICIÁRIO E SOLUÇÕES DE CONFLITOS E CIDADANIA (CEJUSC)	32

MACRODESAFIO: GESTÃO DAS DEMANDAS REPETITIVAS E DOS GRANDES LITIGANTES	33
Ações	33
PADRONIZAR OS PROCEDIMENTOS RELACIONADOS AO JUÍZO AMPLO DE ADMISSIBILIDADE DOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS E ESPECIAIS.	34
CAPACITAR FORÇA DE TRABALHO NO TRATAMENTO DAS DEMANDAS REPETITIVAS.....	35
INTEGRAR OS SISTEMAS DO TJPA AO WEBSERVICE DO CNJ	36
MACRODESAFIO: IMPULSO ÀS EXECUÇÕES FISCAIS E CÍVEIS	37
Ações	37
INTEGRAR OS SISTEMAS ENTRE AS VARAS DE EXECUÇÃO FISCAL E AS PROCURADORIAS ESTADUAL E MUNICIPAL.....	38
ESTIMULAR O PROTESTO DE TÍTULOS PARA RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS PÚBLICOS	39
ELABORAR ESTUDO PARA MELHORIA DO CUMPRIMENTO/ EXECUÇÃO DOS JULGADOS CÍVEIS.....	40
DIFUNDIR AOS MAGISTRADOS A UTILIZAÇÃO DOS SISTEMAS ELETRÔNICOS DE ACESSO A INFORMAÇÃO DE DADOS	41
PROMOVER AÇÕES VOLTADAS À SOLUÇÃO CONSENSUAL DE DEMANDAS POR MEIO DA MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO.....	42
MACRODESAFIO: APRIMORAMENTO DA GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL	43
Ações	43
PROMOVER CAMPANHAS DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA AS MULHERES	44
REALIZAR ESFORÇO CONCENTRADO DE JULGAMENTO DE PROCESSOS EM CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	45
FORTALECER A COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR.....	46
IMPLANTAR SISTEMÁTICA DE GESTÃO DE MEDIDAS PROTETIVAS	47
PROMOVER CAMPANHAS DE DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS QUE PREVINAM A VIOLÊNCIA A CRIANÇA E ADOLESCENTE.....	48
IMPLEMENTAR MEDIDAS DE PRIORIZAÇÃO DO ATENDIMENTO AO IDOSO NAS VARAS CRIMINAIS.....	49
IMPLEMENTAR PROGRAMA DE JUSTIÇA RESTAURATIVA NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ	50
EXPANDIR A APLICAÇÃO DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS	51
IMPLEMENTAR PLANO DE “ESFORÇOS CONCENTRADOS” PARA O JULGAMENTO DE PROCESSOS DE PRESOS PROVISÓRIOS.....	52
MACRODESAFIO: MELHORIA DE GESTÃO DE PESSOAS.....	53
Ações	53
MAPEAR AS COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES DE APOIO DIRETO.....	54
IMPLEMENTAR NOVO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO.	55
ELABORAÇÃO DE PLANO DE AÇÃO RELATIVO ÀS RESOLUÇÕES Nº 219/2016 E Nº 243/2016.....	56
IMPLEMENTAR ASSENTAMENTO FUNCIONAL DIGITAL.....	57
IMPLANTAR CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO NA MODALIDADE DE ENSINO À DISTÂNCIA (EAD).....	58
IMPLANTAR PLANO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO INICIAL PARA SERVIDORES.....	59
IMPLANTAR PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EM TÉCNICAS DE GERENCIAMENTO E LIDERANÇA DE MAGISTRADOS E DIRETORES DE SECRETARIA	60
TRANSFORMAR A ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA EM ESCOLA JUDICIÁRIA DO PJPA	61

IMPLEMENTAR O PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA DE MAGISTRADOS E SERVIDORES, COM ÊNFASE NA PROMOÇÃO E PROTEÇÃO À SAÚDE E PREVENÇÃO DE DOENÇAS	62
APERFEIÇOAR OS SISTEMAS TECNOLÓGICOS DA ÁREA DE SAÚDE	63
MACRODESAFIO: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE CUSTOS	64
Ações	64
IMPLANTAR SISTEMA INTEGRADO DE CUSTOS	65
INSTITUIR REDE DE GOVERNANÇA NA ÁREA DE CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS.....	66
MACRODESAFIO: INSTITUIÇÃO DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA	67
Ações	67
APRIMORAR O DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL DA COORDENADORIA GERAL DE ARRECADAÇÃO - CGA	68
APRIMORAR OS SISTEMAS DE ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS JUDICIAIS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ.....	69
APRIMORAR OS PROCESSOS DE TRABALHO NA ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS JUDICIAIS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ.....	71
APRIMORAR OS SISTEMAS DE ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS EXTRAJUDICIAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ.....	72
APRIMORAR OS PROCESSOS DE TRABALHO NA ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS EXTRAJUDICIAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ.....	74
PROMOVER ADAPTAÇÃO E MELHORIAS NOS SISTEMAS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	75
EFETUAR A GESTÃO SOBRE TODAS AS FONTES DE FINANCIAMENTO DO PODER JUDICIÁRIO	76
ELABORAR PROJETO PILOTO DE UNIDADE ADMINISTRATIVA SUSTENTÁVEL.....	77
ELABORAR PLANOS DE AÇÃO PARA MODERNIZAÇÃO DAS UNIDADES JUDICIÁRIAS.....	78
IMPLANTAR O PROJETO GESTÃO PARTICIPATIVA.....	79
DISSEMINAR A IMPORTÂNCIA DOS MECANISMOS DE CONTROLE EM NÍVEL DE GESTÃO OPERACIONAL	80
IMPLEMENTAR PROJETO MANUALIZE LEGAL.....	81
APERFEIÇOAR A ÁREA DE BUSCAS DAS NORMAS INTERNAS DO TJPA EM SEU PORTAL EXTERNO E INTERNO	82
IMPLEMENTAR A GESTÃO DOCUMENTAL EM BELÉM E NAS REGIÕES JUDICIÁRIAS DE ANANINDEUA, CASTANHAL E SANTARÉM	83
IMPLEMENTAR PROJETO DE REGISTRO DA MEMÓRIA DO PODER JUDICIÁRIO.....	84
IMPLEMENTAR PROJETO DE COMPARTILHAMENTO E GERENCIAMENTO DE ARQUIVOS	85
IMPLANTAR PROJETO AUDIOGUIA PARA VISITANTES DO EDIFÍCIO SEDE.....	86
ESTRUTURAR SISTEMA DE COMUNICAÇÃO INTERNA.....	87
AMPLIAR PLATAFORMAS DE COMUNICAÇÃO EXTERNA	88
INSTITUCIONALIZAR O PROJETO "REICLAR DIREITO"	89
PROMOVER CAMPANHAS DE SENSIBILIZAÇÃO DO PLS.....	90
IMPLANTAR NÚCLEO DE APOIO TÉCNICO DO PODER JUDICIÁRIO (NAT-JUS)	91
TRANSFORMAR O COMITÊ INTERINSTITUCIONAL DE RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DE DEMANDAS DE SAÚDE (CIRADS) EM COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE.....	92
MACRODESAFIO: MELHORIA DA INFRAESTRUTURA E GOVERNANÇA DE TIC	93
Ações	93
IMPLANTAR DATACENTER SEGURO E REDUNDÂNCIA DOS SERVIÇOS DE TIC	94

APERFEIÇOAR OS CIRCUITOS DE COMUNICAÇÃO DE DADOS DO PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL.....	95
IMPLANTAR PROJETO-PILOTO DE TECNOLOGIAS DE REDE SEM FIO (WIRELESS) E DE VIRTUALIZAÇÃO DE AMBIENTE DE TRABALHO	97
APRIMORAR A GESTÃO E INTEGRAÇÃO DOS SISTEMAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS DO PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL.....	98
CONSOLIDAR O USO DE FERRAMENTAS DE EXTRAÇÃO DE INFORMAÇÕES PARA APOIO NA TOMADA DE DECISÕES	99
IMPLANTAR O PLENÁRIO VIRTUAL NO ÂMBITO DAS SESSÕES DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL	100
FORTALECER A SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	101
ATUALIZAR OS AMBIENTES TECNOLÓGICOS	102
IMPLANTAR PROCESSO DE GERÊNCIA DE CONFIGURAÇÃO	104
IMPLANTAR ESCRITÓRIO DE PROJETOS	105
EXPANDIR A METODOLOGIA DE GESTÃO DE CONTRATOS.....	106
INICIATIVA DA PRESIDÊNCIA.....	107
Ações	107
ELABORAR PROGRAMA INTEGRADO DE SEGURANÇA DO PODER JUDICIÁRIO.....	108
IMPLANTAR PROJETO PILOTO DE SEGURANÇA	108

APRESENTAÇÃO - PLANO DE GESTÃO 2017-2019

Este relatório apresenta os principais resultados de cada ação do Plano de Gestão do biênio 2017-2019. Ressalta-se que no final do biênio, o Plano alcançou 81% de ações concluídas, o que demonstra o grande empenho da equipe responsável no cumprimento das metas institucionais.

O Plano de Gestão consiste no menor detalhamento do planejamento estratégico a ser implementado a cada gestão bienal e dispõe sobre ações, produtos, etapas, prazos e responsáveis. Cada gestão elege prioridades que serão transformadas em ações e que serão realizadas durante o biênio. Foram pactuadas 86 ações e 474 etapas, distribuídas por 160 responsáveis, entre magistrados e servidores, o que reforça o caráter participativo do Plano, em consonância com o Planejamento Estratégico 2015-2020 e as diretrizes do CNJ relativas à gestão participativa e democrática.

Para avaliação da execução do Plano de Gestão são realizadas Reuniões de Avaliação da Estratégia (RAE). No biênio 2017-2019 foram realizadas 04 reuniões, nos dias: 28.06.2017, 26.10.2017, 23.08.2018 e 24.10.2019. Conta com Sistema de Monitoramento de Planejamento (SIMPLAN), que é uma ferramenta centrada no uso da informação como instrumento de gestão e opera de modo a atender as etapas de monitoramento e avaliação, que fazem parte do ciclo do planejamento.

MACRODESAFIO: GARANTIA DOS DIREITOS DE CIDADANIA

Este Macrodesafio é composto por 10 ações, e encontra-se com **70%** de execução. Destaca-se que 7 ações pertencentes a este macro já foram concluídas.

Ações

- I. Promover ações de divulgação, conscientização e capacitação voltadas à garantia dos direitos da criança e do adolescente;
- II. Padronizar medidas que assegurem celeridade e efetividade de procedimentos relacionados à infância e juventude;
- III. Consolidar projetos voltados à Infância e Juventude;
- IV. Intensificar os projetos de itinerância;
- V. Implementar projeto de itinerância do Centro Judiciário e Soluções de Conflitos e Cidadania (CEJUSC);
- VI. Aprimorar o trabalho dos Grupos Regionais para atuação no julgamento de processos da Meta 6 do CNJ;
- VII. Digitalizar os processos da meta 6 do CNJ;
- VIII. Promover a capacitação de magistrados e servidores das varas agrárias;
- IX. Rediscutir a competência das Varas Agrárias;
- X. Elaborar estudos para priorizar o acesso à justiça do idoso em situação de vulnerabilidade.

MACRODESAFIO
Garantia dos Direitos de Cidadania

INICIATIVA ESTRATÉGICA
**Fortalecimento de políticas
institucionais voltadas à criança e ao
adolescente**

RESPONSÁVEIS
**Ana Lúcia Bentes Lynch, Juíza de Direito
- (Macro)
Danielle Silveira Buhrnheim, Juíza de
Direito - (Ação)**

AÇÃO

1.1.1

**PROMOVER AÇÕES DE DIVULGAÇÃO,
CONSCIENTIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO VOLTADAS À
GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE**

DESCRIÇÃO

Realizar cursos de aperfeiçoamento, seminários, fóruns de debates, palestras na área da infância visando à capacitação dos magistrados e servidores. Aprimorar os canais de comunicação com vista à garantia dos direitos da criança e do adolescente.

ETAPAS

- 1.1.1.1 Realização de ações formativas em Justiça Restaurativa aplicada à Justiça da Infância e Juventude;
- 1.1.1.2 Realização de Curso de formação e atualização pela plataforma de ensino à distância em matéria de infância e juventude;
- 1.1.1.3 Realização de eventos voltados ao Programa Conta Comigo;
- 1.1.1.4 Realização de Seminários Temáticos na área de infância e juventude;
- 1.1.1.5 Elaboração da Série Informativa da Infância e Juventude.

EXECUÇÃO

Foi realizado um curso de Justiça Restaurativa aplicado a infância e juventude, seminário temáticos, cursos EAD e publicado no Portal do TJPA uma série informativa com temas voltados à área.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO
Garantia dos Direitos de Cidadania

INICIATIVA ESTRATÉGICA
**Fortalecimento de políticas
institucionais voltadas à criança e ao
adolescente**

RESPONSÁVEIS
**Ana Lúcia Bentes Lynch, Juíza de Direito
- (Macro)
Danielle Silveira Buhrnheim, Juíza de
Direito - (Ação)**

AÇÃO

1.1.2

**PADRONIZAR MEDIDAS QUE ASSEGUREM
CELERIDADE E EFETIVIDADE DE PROCEDIMENTOS
RELACIONADOS À INFÂNCIA E JUVENTUDE**

DESCRIÇÃO

Padronizar procedimentos e fluxos da justiça e juventude. Aprimorar as ferramentas tecnológicas quanto ao controle de prazos nos procedimentos.

ETAPAS

1.1.2.1 Criação de apresentação de dados de infância e Juventude implementada na ferramenta de BI (Business Intelligence);

1.1.2.2 Elaboração de programa de atendimento às demandas de entrega voluntária de crianças para adoção.

EXECUÇÃO

Foi realizado aprimoramento da apresentação de dados de infância e juventude no Business Intelligence (BI) com a construção de painel (CEIJ –Boletim Estatístico) que apresenta o quantitativo processual relacionado a crimes contra a criança e adolescente, adoção e medidas protetivas, medidas socioeducativas e outras situações para fins de consulta e acompanhamento pela CEIJ, também foi elaborado o Programa de Atendimento às Demandas de Entrega Voluntária de Crianças para Adoção.

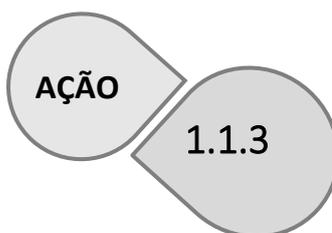
SITUAÇÃO



MACRODESAFIO
Garantia dos Direitos de Cidadania

INICIATIVA ESTRATÉGICA
**Fortalecimento de políticas
institucionais voltadas à criança e ao
adolescente**

RESPONSÁVEIS
**Ana Lúcia Bentes Lynch, Juíza de Direito
- (Macro)
Mônica Soares Fonseca, Juíza de Direito
- (Ação)**



**CONSOLIDAR PROJETOS VOLTADOS À INFÂNCIA E
JUVENTUDE**

DESCRIÇÃO

Ampliar os projetos na área da infância e juventude, em várias vertentes: violência sexual contra crianças e adolescentes, reconhecimento de paternidade e reencontro físico e emocional, preservação do histórico da adoção, reinserção social dos socioeducandos, capacitação de agentes voluntários, círculos de diálogo acerca do tema da violência doméstica.

ETAPAS

- 1.1.3.1 Levantamento de projetos voltados as varas de infância e juventude;
- 1.1.3.2 Ampliação do Projeto *Minha Escola, meu Refúgio*;
- 1.1.3.3 Implementação do Projeto *Recomeço*;
- 1.1.3.4 Implementação do Projeto *Minha História, Nossa Memória* a medida socioeducativa de Prestação de Serviço à Comunidade no Departamento de Documentação e Informação do TJPA;
- 1.1.3.5 Implantação do Projeto *Reescrevendo nossa história*;
- 1.1.3.6 Ampliação o Programa de Agentes de Proteção Voluntários da Infância e Juventude;
- 1.1.3.7 Implantação do Projeto Flor de Lótus.

EXECUÇÃO

Foi realizado levantamento dos Projetos do TJPA voltados à área, sendo 03 (três) da comarca da capital, 01 (um) de Santa Izabel e 02 (dois) de Santarém, envolvendo prevenção e repressão a crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, qualificação e inserção de adolescentes infratores no mercado de trabalho, estreitamento de vínculo afetivo de pais e filhos após reconhecimento voluntário de paternidade, seleção e capacitação de agentes de proteção e realização de círculos de diálogo para adolescentes autores de violência doméstica e familiar. Houve ampliação do Projeto Minha Escola Meu Refúgio com visitação em 14 unidades educacionais. Também foi realizada a seleção e capacitação de agentes de proteção voluntários para infância e juventude. Destaca-se que os projetos Minha História nossa Memória, Reescrevendo nossa história e projeto Recomeço encontram-se em andamento. O Projeto Flor de Lótus não foi possível concluir, pois alguns círculos não puderam ser realizados por não haver a concordância dos envolvidos.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO
Garantia dos Direitos de Cidadania

INICIATIVA ESTRATÉGICA
Fortalecimento de ações da Justiça Itinerante

RESPONSÁVEIS
Ana Lúcia Bentes Lynch, Juíza de Direito - (Macro)
Desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos - (Ação)

AÇÃO

1.2.1

INTENSIFICAR OS PROJETOS DE ITINERÂNCIA

DESCRIÇÃO

Expandir o projeto Ribeirinho Cidadão para localidades de difícil acesso, além do projeto Esporte com Justiça, Verão com Justiça, realizar Jornadas de Conciliação, estabelecer parcerias.

ETAPAS

- 1.2.1.1 Operacionalização da itinerância;
- 1.2.1.2 Operacionalização do projeto Esporte com Justiça;
- 1.2.1.3 Operacionalização do projeto Verão com Justiça;
- 1.2.1.4 Realização de Jornadas de Conciliação.

EXECUÇÃO

Os projetos *Itinerância Fluvial Cooperativa da Amazônia* e *Projeto Itinerância Fluvial* realizaram no biênio 6.618 atendimentos em municípios da região do Marajó (Breves, São Sebastião da Boa Vista, Portel, e Melgaço), com aproximadamente 2.052 pessoas atendidas e orientadas juridicamente em âmbito da competência da Justiça Estadual. Outro projeto que compõe esta ação é o *Verão com Justiça* realizado no mês de julho em Outeiro, Mosqueiro, Salinópolis e Bragança, com atendimento a 626 pessoas. O TJPA também se fez presente por meio do *Projeto Esporte com Justiça* em 59 eventos esportivos e registrou 28 ocorrências. Destaca-se também nesta ação a realização de 8 jornadas de conciliação.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO
Garantia dos Direitos de Cidadania

INICIATIVA ESTRATÉGICA
Fortalecimento de ações da Justiça Itinerante

RESPONSÁVEIS
Ana Lúcia Bentes Lynch, Juíza de Direito - (Macro)
Desembargadora Dahil Paraense de Souza - (Ação)

AÇÃO

1.2.2

IMPLEMENTAR PROJETO DE ITINERÂNCIA DO CENTRO JUDICIÁRIO E SOLUÇÕES DE CONFLITOS E CIDADANIA (CEJUSC)

DESCRIÇÃO

Ampliar a atuação dos Centros já existentes, deslocando-se do seu espaço físico para atender a demandas pré- processuais.

ETAPAS

1.2.2.1 Estabelecer parceria com a Coordenadoria dos Juizados Especiais e Nupemec para a realização do Cejusc itinerante;

1.2.2.2 Operacionalização das atividades dos Cejuscs itinerantes.

EXECUÇÃO

Foi finalizada proporcionando atendimento e garantia do acesso à justiça aos jurisdicionados a um tratamento adequado e eficiente dos conflitos, assim como a desjudicialização, gerando a pacificação social e economia processual. Participaram das ações do Cejusc itinerante as comarcas de Marituba, Benevides e Castanhal.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO
Garantia dos Direitos de Cidadania

INICIATIVA ESTRATÉGICA
Aperfeiçoamento da Gestão de Ações Coletivas

RESPONSÁVEIS
Ana Lúcia Bentes Lynch, Juíza de Direito - (Macro)
Fábio Penezi Póvoa, Juiz de Direito - (Ação)

AÇÃO

1.3.1

APRIMORAR O TRABALHO DOS GRUPOS REGIONAIS PARA ATUAÇÃO NO JULGAMENTO DE PROCESSOS DA META 6 DO CNJ

DESCRIÇÃO

Manter a atuação dos Grupos Regionais de juízes voltados para julgamento das ações da meta 6 do CNJ, realizando pelo menos três semanas de impulsionamento dos feitos. Visa garantir que os processos abrangidos pela meta possam ter sua instrução concluída e, ao final, estar prontos para sentenciamento pelo grupo.

ETAPAS

- 1.3.1.1 Elaboração de Portaria regulamentando os GTs;
- 1.3.1.2 Implementação dos Grupos de Trabalho;
- 1.3.1.3 Aprimoramento da visualização do cumprimento geral da meta 6-2017 do BI (Business Intelligence);
- 1.3.1.4 Definição do cronograma das Semanas de Impulsionamento (SI);
- 1.3.1.5 Divulgação das Semanas de Impulsionamento;
- 1.3.1.6 Acompanhamento da SI;
- 1.3.1.7 Avaliação dos resultados da semana.

EXECUÇÃO

Foi implementado grupo de trabalho por meio da Portaria nº 1146/2017-GP nos polos de Belém, Marabá e Santarém, também houve aprimoramento do sistema BI para visualização da meta, conforme glossário 2018.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO
Garantia dos Direitos de Cidadania

INICIATIVA ESTRATÉGICA
Aperfeiçoamento da Gestão de Ações Coletivas

RESPONSÁVEIS
Ana Lúcia Bentes Lynch, Juíza de Direito - (Macro)
Fábio Penezi Póvoa, Juiz de Direito - (Ação)

AÇÃO

1.3.2

DIGITALIZAR OS PROCESSOS DA META 6 DO CNJ

DESCRIÇÃO

Agilizar o trâmite dos processos da meta entre as unidades jurisdicionais de origem e o grupo, eliminando transporte físico. A digitalização terá como prioridade as unidades cujo acervo da meta mais impacte seu cumprimento.

ETAPAS

- 1.3.2.1 Publicação de Portaria regulamentando a digitalização e inserção dos processos no PJe;
- 1.3.2.2 Planejamento das unidades jurisdicionais e processos que serão inseridos no PJe;
- 1.3.2.3 Desenvolvimento de ferramenta para unificação de numeração de processo;
- 1.3.2.4 Digitalização de documentos dos processos;
- 1.3.2.5 Inserção dos documentos dos processos no PJe.

EXECUÇÃO

Foi publicada a Portaria nº 3941/2017-GP, e desenvolvida ferramenta para unificação de numeração de processos pela equipe de informática, que será executada por migração ou script.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO
Garantia dos Direitos de Cidadania

INICIATIVA ESTRATÉGICA
Fortalecimento de políticas institucionais voltadas à solução de conflitos fundiários, urbanos, rurais, ambientais e minerários.

RESPONSÁVEIS
Ana Lúcia Bentes Lynch, Juíza de Direito - (Macro)
Aníbal Corrêa Pinto, Servidor - (Ação)

AÇÃO

1.4.1

PROMOVER A CAPACITAÇÃO DE MAGISTRADOS E SERVIDORES DAS VARAS AGRÁRIAS

DESCRIÇÃO

Promover curso de aperfeiçoamento na forma estabelecida no artigo 167, parágrafo 5º, da Emenda Constitucional nº 30, da Constituição Estadual para habilitar os magistrados para concorrer às varas agrárias. Promover a capacitação dos servidores que atuam e tenham interesse em atuar nesta especializada.

ETAPAS

- 1.4.1.1 Elaboração do projeto do curso;
- 1.4.1.2 Realização do curso semi-presencial.

EXECUÇÃO

Foi realizado curso em Direito Agrário, Ambiental e Minerário, ministrado na forma semipresencial, presencial e via EaD. Foram inscritos 103 magistrados e servidores, sendo que 84 concluíram o Curso.

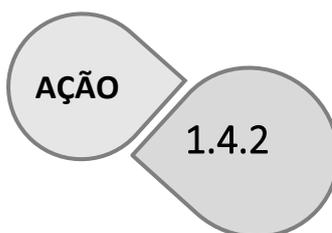
SITUAÇÃO



MACRODESAFIO
Garantia dos Direitos de Cidadania

INICIATIVA ESTRATÉGICA
Fortalecimento de políticas institucionais voltadas à solução de conflitos fundiários, urbanos, rurais, ambientais e minerários.

RESPONSÁVEIS
Ana Lúcia Bentes Lynch, Juíza de Direito - (Macro)
André Luiz Filo Creão da Fonseca, Juiz de Direito - (Ação)



**REDISCUTIR A COMPETÊNCIA DAS VARAS
AGRÁRIAS**

DESCRIÇÃO

Ampliar a discussão sobre a atual situação das varas agrárias, analisando a possibilidade de instalação gradual de 05 (cinco) Varas com competência ambiental, minerária e outras, a serem definidas conforme a necessidade do serviço, nas Comarcas de Altamira, Castanhal, Marabá, Redenção e Santarém. Para a instalação dessas Varas, utilizar-se-iam as 05 (cinco) Varas Agrárias criadas e ainda não instaladas pelo Tribunal de Justiça.

ETAPAS

- 1.4.2.1 Criar grupo de estudo, a partir dos juízes titulares das varas agrárias;
- 1.4.2.2 Definição do tratamento a ser dado à matéria ambiental e minerária.

EXECUÇÃO

Os magistrados titulares de Varas Agrárias ou que já foram titulares dessas Varas Especializadas discutiram e chegaram à conclusão que as Varas Agrárias, de acordo com os artigos 126 CF/88 e 167 da Constituição do Estado do Pará, deviam ter competência exclusiva para questões agrárias. Nesse sentido, foi encaminhado à Comissão de Organização Judiciária para apreciação da referida matéria.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO
Garantia dos Direitos de Cidadania

INICIATIVA ESTRATÉGICA
Priorização do atendimento ao idoso em situação de vulnerabilidade

RESPONSÁVEIS
Ana Lúcia Bentes Lynch, Juíza de Direito - (Macro)
Ana Lúcia Bentes Lynch, Juíza de Direito - (Ação)

AÇÃO

1.5.1

ELABORAR ESTUDOS PARA PRIORIZAR O ACESSO À JUSTIÇA DO IDOSO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE.

DESCRIÇÃO

Apresentar estudo sobre a identificação da competência das Varas Cíveis para o cumprimento do artigo 80 do Estatuto do Idoso no que se refere à proteção judicial dos interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis ou homogêneos dos idosos em situação de vulnerabilidade.

ETAPAS

- 1.5.1.1 Identificação no sistema de acompanhamento processual nas Varas Cíveis dos processos que envolvem idoso;
- 1.5.1.2 Elaboração de ofício circular para as Varas Cíveis para confirmar as informações do sistema de acompanhamento processual e informar sobre a existência de processos não identificados no sistema que envolvam idosos;
- 1.5.1.3 Apresentação de proposta para o realinhamento de competência das Varas Cíveis para o cumprimento no disposto no artigo 80 do Estatuto do Idoso.

EXECUÇÃO

Está em fase de elaboração proposta de realinhamento de competência das Varas Cíveis para o cumprimento no disposto no artigo 80 do Estatuto do Idoso.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO: CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JUDICIAL

Para garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais, bem como elevar a produtividade dos servidores e magistrados, foram definidas 7 ações. Para atender ao macrodesafio estão sendo trabalhadas a implementação do PJE nas varas cíveis, a estruturação de varas cíveis e criminais de 2ª entrância com lotação paradigma, a padronização das secretarias judiciais nas comarcas da região metropolitana, o fortalecimento do grupo gestor de metas e justiça em números, dentre outros. Ressalta-se que o percentual de execução do macrodesafio está em **100%**.

Ações

- I. Implementar o Sistema PJe nas Varas Cíveis;
- II. Implantação do Projeto Central de Digitalização do 1º Grau;
- III. Estruturar as Varas Cíveis e Criminais das Comarcas de Segunda Entrância com Lotação Paradigma;
- IV. Aprimorar a gestão administrativa da tramitação e do cumprimento de mandados judiciais;
- V. Realizar estudo de redefinição de competências para reorganização das Varas Judiciais de Comarcas de 2ª Entrância;
- VI. Especializar Vara em Saúde;
- VII. Fortalecer o Grupo Gestor de metas e Justiça em Números.

MACRODESAFIO

**Celeridade e Produtividade na
Prestação Judicial**

INICIATIVA ESTRATÉGICA

**Implementação da gestão do processo
judicial eletrônico**

RESPONSÁVEIS

**Geraldo Neves Leite, Juiz de Direito -
(Macro)**

**Caio Marco Berardo, Juiz de Direito -
(Ação)**

AÇÃO

2.1.1

IMPLEMENTAR O SISTEMA PJE NAS VARAS CÍVEIS

DESCRIÇÃO

O impacto da virtualização dos processos sobre a gestão judiciária é uma preocupação estratégica do TJPA. No Relatório Justiça em Números 2016, o índice de processos eletrônicos no TJPA, no ano de 2015, era de aproximadamente 15%. A implantação do PJe em todas as unidades judiciárias com competência civil tem por objetivo melhorar esse indicador assim como a eficiência processual, com a redução de gastos com material impresso, padronização de rotinas e simplificação de procedimentos nas referidas unidades judiciárias, em especial, a adequação das particularidades da unidade quanto aos fluxos. A implementação do PJe é acompanhada da concessão de certificado digital a magistrados e servidores.

ETAPAS

- 2.1.1.1 Estruturação e planejamento da logística da capacitação;
- 2.1.1.2 Atualização do manual de utilização do PJe;
- 2.1.1.3 Capacitação dos servidores e magistrados;
- 2.1.1.4 Implantação das varas cíveis da RMB;
- 2.1.1.5 Implantação nas varas cíveis do interior;
- 2.1.1.6 Aperfeiçoamento e expansão dos mecanismos de suporte.

EXECUÇÃO

Foi concluída a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJE). O sistema foi implantado em todas as varas cíveis da RMB. Também foram treinados 200 pessoas, entre magistrados e servidores, conforme programado na etapa, das varas cíveis da capital e do interior. Foram criados manuais e vídeo aulas relativas ao Pje, inclusive adicionados ao Ensino a Distância do TJ. A implantação do Pje no interior iniciou-se pela comarca de Concórdia do Pará e até o momento já foi implantado em 130 unidades judiciárias do interior.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO

Celeridade e Produtividade na
Prestação Judicial

INICIATIVA ESTRATÉGICA

Implementação da gestão do processo
judicial eletrônico

RESPONSÁVEIS

Geraldo Neves Leite, Juiz de Direito -
(Macro)

Desembargador Luiz Gonzaga da Costa
Neto - (Ação)

AÇÃO

2.1.2

IMPLANTAÇÃO DO PROJETO CENTRAL DE DIGITALIZAÇÃO DO 1º GRAU

DESCRIÇÃO

Projeto que visa propiciar maior racionalização na utilização de recursos do TJPA, bem como o incremento da produtividade da prestação jurisdicional, mitigando-se o quadro de contingenciamento de autos físicos, no 1º Grau, em que foi aviado recurso, porém teve a marcha processual suspensa pela ausência de digitalização e migração para o Sistema PJe.

ETAPAS

- 2.1.2.1 Criação do Grupo de Trabalho;
- 2.1.2.2 Elaboração dos normativos;
- 2.1.2.3 Elaboração de guia de procedimentos de conversão em arquivo digital;
- 2.1.2.4 Elaboração de fluxo de trabalho;
- 2.1.2.5 Institucionalização do Projeto Central de Digitalização do 1º Grau;
- 2.1.2.6 Digitalização dos processos

EXECUÇÃO

O TJPA passou a contar com unidade especializada em digitalizar e migrar processos físicos para o sistema de Processo Judicial eletrônico (PJe), viabilizando que todos os recursos cíveis a serem julgados pela Corte sejam processados em meio eletrônico, o que reduz sensivelmente o tempo de tramitação e os custos correlatos, alinhando-se ao direito fundamental à razoável duração do processo.

A partir da especialização de equipamentos e pessoal (equipe formada por servidores do TJPA e reeducandos do Programa Começar de Novo) foi possível a criação de unidade dedicada ao recebimento e migração de processos físicos para o sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe), advindo desta especialização a digitalização, em menos de 4 (quatro) meses, de mais de 1 (um) milhão e 500 (quinhentas) mil páginas.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO

Celeridade e Produtividade na
Prestação Judicial

INICIATIVA ESTRATÉGICA

Fortalecimento da gestão do 1º grau de
jurisdição

RESPONSÁVEIS

Geraldo Neves Leite, Juiz de Direito -
(Macro)

Geraldo Neves Leite, Juiz de Direito -
(Ação)

AÇÃO

2.2.1

ESTRUTURAR AS VARAS CÍVEIS E CRIMINAIS DAS COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA COM LOTAÇÃO PARADIGMA

DESCRIÇÃO

A lotação paradigma é a estrutura mínima necessária para o funcionamento de uma unidade judiciária. A ação tem por objetivo fortalecer a gestão das unidades judiciárias de 1º. Grau de Jurisdição a partir de análise de uma tabela de priorização de lotação de servidores nas comarcas, que leve em consideração as variáveis: número de processos distribuídos periodicamente, arrecadação de custas processuais e servidores lotados. Estas variáveis foram eleitas pelo Comitê Único, Gestor Regional e Orçamentário de Primeiro Grau em 2016.

ETAPAS

- 2.2.1.1 Análise das Varas Cíveis e Criminais das Comarcas de Segunda Entrância com maior necessidade de lotação paradigma;
- 2.2.1.2 Lotação/relocação periódica de servidores nas unidades judiciárias;
- 2.2.1.3 Acompanhamento periódico de Comarcas com necessidade de lotação paradigma.

EXECUÇÃO

A ação tinha como objetivo estruturar as varas de segunda entrância com lotação paradigma. Das 140 unidades, 134 possuem atualmente a lotação paradigma ou superior. Assim, como a quantidade programada para ação era de 40 unidades judiciárias, pode-se concluir que a ação alcançou o resultado almejado. Isso foi alcançado através da análise das Varas Cíveis e Criminais de Segunda Entrância com maior déficit de servidores para receberem prioritariamente eventual movimentação para efetivação da lotação paradigma. A lotação/relocação periódica de servidores foi modificada, com a publicação das Resoluções nº.13/2017-GP/TJPA, que trata da aplicação das Res.nº.219 e 243/2016-CNJ no âmbito do TJPA. Também foi publicada a Res. nº.16/2017-GP/TJPA, que alterou os termos da Res. nº.13/2017-GP/TJPA, seguida da Portaria nº. 4477/2017-GP/TJPA, que instituiu os procedimentos relativos a Lotação Paradigma da Área de Apoio Direto à Atividade Judicante -Unidade Judiciária de 1º Grau.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO

**Celeridade e Produtividade na
Prestação Judicial**

INICIATIVA ESTRATÉGICA

**Fortalecimento da gestão do 1º grau de
jurisdição**

RESPONSÁVEIS

**Geraldo Neves Leite, Juiz de Direito -
(Macro)**

**Raimundo Rodrigues Santana, Juiz de
Direito - (Ação)**

AÇÃO

2.2.2

**APRIMORAR A GESTÃO ADMINISTRATIVA DA
TRAMITAÇÃO E DO CUMPRIMENTO DE
MANDADOS JUDICIAIS**

DESCRIÇÃO

A tramitação e o cumprimento de mandados judiciais revelam-se como um dos maiores problemas de gestão processual da justiça de 1º. Grau, ante a carência de oficiais de justiça e falta de procedimento padrão na distribuição de mandados. A ação tem por objetivo fortalecer a gestão das unidades judiciárias de 1º Grau de Jurisdição a partir da instalação, se necessário, de centrais de mandados, nas comarcas com mais de duas (ou três) unidades judiciárias.

ETAPAS

2.2.2.1 Levantamento de Comarcas de 2ª. Entrância que possuem Centrais de Mandados;

2.2.2.2 Elaboração de estudo de viabilidade de instalação de centrais de mandado.

EXECUÇÃO

Com o objetivo de fortalecer a gestão das unidades judiciárias de 1º. Grau de Jurisdição a partir da instalação, se necessário, de centrais de mandados, nas comarcas com mais de duas (ou três) unidades judiciárias foi realizado estudo de viabilidade de instalação de centrais de mandado na comarca de Marabá.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO

Celeridade e Produtividade na
Prestação Judicial

INICIATIVA ESTRATÉGICA

Aperfeiçoamento da Estrutura Judiciária

RESPONSÁVEIS

Geraldo Neves Leite, Juiz de Direito -
(Macro)

Geraldo Neves Leite, Juiz de Direito -
(Ação)

AÇÃO

2.3.2

REALIZAR ESTUDO DE REDEFINIÇÃO DE
COMPETÊNCIAS PARA REORGANIZAÇÃO DAS
VARAS JUDICIAIS DE COMARCAS DE 2ª
ENTRÂNCIA.

DESCRIÇÃO

A redefinição de competências é uma medida drástica, mas necessária para melhor distribuição da força de trabalho nas comarcas que possuem mais de uma unidade judiciária. A ação tem por objetivo diagnosticar as varas que estão com sobrecarga de trabalho e propor redefinição de competências entre varas judiciais da mesma comarca a partir de análise de uma tabela de congestionamento processual das unidades judiciais, que leve em consideração as variáveis: número de processos distribuídos periodicamente, complexidade das causas em tramitação nas varas analisadas, arrecadação de custas processuais e servidores lotados.

ETAPAS

- 2.3.2.1 Levantamento das unidades judiciárias de Comarcas de 2ª. Entrância que estão com alta taxa de congestionamento;
- 2.3.2.2 Elaboração de estudo de redefinição de competência nas comarcas de 2ª Entrância que estão com altas taxa de congestionamento;
- 2.3.2.3 Consulta aos juízes das comarcas identificadas;
- 2.3.2.4 Elaboração da minuta de redefinição de competência das comarcas identificadas.

EXECUÇÃO

Houve redefinição de competências para as 10 comarcas listadas pela Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior (CJCI) e por outras comarcas de 2ª Entrância com alta taxa de congestionamento. São elas: Abaetetuba, Altamira, Bragança, Breves, Cametá, Marabá, Salinópolis, Santarém, Tucuruí e Redenção. A redefinição de competências gera maior especialidade das unidades Judiciárias, com ganho de eficiência da prestação jurisdicional.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO

**Celeridade e Produtividade na
Prestação Judicial**

INICIATIVA ESTRATÉGICA

Aperfeiçoamento da Estrutura Judiciária

RESPONSÁVEIS

**Geraldo Neves Leite, Juiz de Direito -
(Macro)**

**Homero Lamarão Neto, Juiz de Direito -
(Ação)**

AÇÃO

2.3.3

ESPECIALIZAR VARA EM SAÚDE

DESCRIÇÃO

Especializar uma das varas da Fazenda Pública da Capital em matéria de saúde pública, sendo destinada as demandas de caráter individual, sem olvidar outras competências já estabelecidas e respeitada a competência da vara do Juizado Especial da Fazenda Pública.

ETAPAS

2.3.3.1 Realização de estudo;

2.3.3.2 Elaboração de minuta de resolução sobre a competência individual.

EXECUÇÃO

Foi publicada no DJE de 11.09.2017, a Resolução 14/2017, dispondo sobre a competência da 3ª e 4ª varas da Fazenda da Capital, acerca das ações de saúde (individual).

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO

Celeridade e Produtividade na
Prestação Judicial

INICIATIVA ESTRATÉGICA

Aprimoramento da Gestão de Processos
e Unidades Judiciárias

RESPONSÁVEIS

Geraldo Neves Leite, Juiz de Direito -
(Macro)

Geraldo Neves Leite, Juiz de Direito -
(Ação)

AÇÃO

2.4.1

FORTALECER O GRUPO GESTOR DE METAS E JUSTIÇA EM NÚMEROS

DESCRIÇÃO

A análise periódica do cumprimento de metas de redução da taxa de congestionamento e de aumento do índice de atendimento à demanda é essencial para melhoria da eficiência da prestação jurisdicional. A ação tem por objetivo analisar periodicamente os indicadores Taxa de Congestionamento e Índice de Atendimento à Demanda e implementar um canal de comunicação rápida que permita ao Grupo Gestor, à Presidência do TJPA e aos próprios magistrados terem acesso rápido a informações relevantes sobre produtividade de juízes e servidores, congestionamento e atendimento à demanda das unidades judiciárias, a fim de gerar um incentivo positivo nos magistrados para alcance de metas de produtividade e subsidiar a Presidência do TJPA para adoção de medidas concretas, inclusive, quando constatada a necessidade, de tomada de decisão para ampliação da estrutura judiciária.

ETAPAS

- 2.4.1.1 Reformulação do Grupo Gestor de Metas e Justiça em Números;
- 2.4.1.2 Elaboração de Calendário de reuniões periódicas do Grupo Gestor;
- 2.4.1.3 Criação do Canal de Comunicação Rápida;
- 2.4.1.4 Implementação do sistema de diagnóstico das Unidades Judiciárias;
- 2.4.1.5 Implementação do Calendário de Jornadas para Redução de Congestionamento.

EXECUÇÃO

As Portarias nº 1772 e 1773/2017-GP/TJPA reformularam o Grupo Gestor. O Canal de Comunicação Rápida (Painel Gestão Judiciária no Portal Interno) foi criado; houve a implementação do Calendário de Jornadas para Redução de Congestionamento. Foi realizada uma semana de baixa no mês de agosto de 2017, com pouco mais de 34 mil processos baixados. Houve a reclassificação de processos por classe e assuntos de acordo com TPU do CNJ e também a análise das pendências de cumprimento, através das listagens disponíveis nos sistemas LIBRA, PJE e PROJUDI. Foram realizados esforços concentrados em duas oportunidades: a primeira, com a participação de 142 unidades judiciárias, que resultaram em 2.189 reclassificações, 14.159 movimentações e 4.280 baixas processuais e segunda com a participação de 114 unidades judiciárias, resultando em 1.160 reclassificações, 22.496 movimentações e 6.387 baixas.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO: COMBATE À CORRUPÇÃO E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

É composto por 2 ações que visam priorizar a tramitação dos processos judiciais que tratam do desvio dos recursos públicos e de improbidade e crimes contra a administração pública, são elas: aprimoramento do trabalho dos Grupos Regionais para atuação no julgamento de processos da Meta 4 do CNJ e a digitalização dos processos da Meta 4, este macro encontra-se com **50%** de execução.

Ações

- I. Aprimorar o trabalho dos Grupos Regionais para atuação no julgamento de processos da Meta 4 do CNJ;
- II. Digitalizar os processos da meta 4 do CNJ.

MACRODESAFIO

Combate à Corrupção e à Improbidade Administrativa

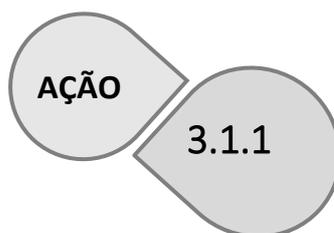
INICIATIVA ESTRATÉGICA

Gestão de Unidades Judiciárias e de Processos de Combate à Corrupção e à Improbidade Administrativa

RESPONSÁVEIS

Desembargadora Luzia Nadja Guimaraes Nascimento - (Macro)

Desembargadora Luzia Nadja Guimaraes Nascimento - (Ação)



APRIMORAR O TRABALHO DOS GRUPOS REGIONAIS PARA ATUAÇÃO NO JULGAMENTO DE PROCESSOS DA META 4 DO CNJ

DESCRIÇÃO

Aprimorar a atuação dos Grupos de Trabalho de Juízes voltados para julgamento das ações da Meta 4 do CNJ. Realizar pelo menos 3 semanas de impulsionamento dos feitos por ano. Criar um Grupo de Monitoramento para acompanhamento dos processos.

ETAPAS

- 3.1.1.1 Elaboração de Portaria regulamentando os GTs;
- 3.1.1.2 Implementação dos Grupos de Trabalho;
- 3.1.1.3 Aprimoramento da visualização do cumprimento geral da meta 4/2017;
- 3.1.1.4 Definição do cronograma das Semanas de Impulsionamento (SI);
- 3.1.1.5 Divulgação das Semanas de Impulsionamento;
- 3.1.1.6 Acompanhamento da SI;
- 3.1.1.7 Avaliação dos resultados da semana.

EXECUÇÃO

Foi publicada Portaria nº 1146/2017-GP regulamentando grupo de trabalho (GT) de improbidade em Belém, Marabá e Santarém. Foi realizada 2 (duas) semanas de impulsionamento (SI), no período de junho de 2017 e abril de 2018. Em junho de 2017, mês da Semana de Impulso às ações de Corrupção, houve um incremento de aproximadamente 37% de sentenças de processos da meta 4, em relação ao mês anterior, e em abril de 2018 o incremento foi de 41%. Apesar dos esforços empreendidos, o TJPA não conseguiu cumprir a meta 4 do CNJ em 2017, ficando com um percentual de 49,45% de cumprimento.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO
Combate à Corrupção e à Improbidade Administrativa

INICIATIVA ESTRATÉGICA
Gestão de Unidades Judiciárias e de Processos de Combate à Corrupção e à Improbidade Administrativa

RESPONSÁVEIS
Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento - (Macro)
Fábio Penezi Póvoa, Juiz de Direito - (Ação)



DIGITALIZAR OS PROCESSOS DA META 4 DO CNJ

DESCRIÇÃO

Digitalizar parte do acervo da meta, inserindo no PJe.

ETAPAS

- 3.1.2.1 Elaboração e publicação de Portaria regulamentando a digitalização e inserção dos processos no PJe
- 3.1.2.2 Planejamento das unidades jurisdicionais e processos que serão inseridos no PJe
- 3.1.2.3 Desenvolvimento de ferramenta para unificação de numeração de processo
- 3.1.2.4 Digitalização de documentos dos processos
- 3.1.2.5 Inserção dos documentos dos processos no PJe

EXECUÇÃO

Foi feito o planejamento das unidades jurisdicionais (29 comarcas) e processos que serão inseridos no PJe, com alteração no cronograma do Pje para que tais comarcas fossem inseridas no Pje o mais cedo possível. Também foi desenvolvida ferramenta para unificação de numeração de processos, por meio da utilização de scripts ou migrações;

O Departamento de Documentação e Informação está aguardando os responsáveis remeterem os processos para a digitalização;

A inserção dos documentos dos processos no Pje ainda está em andamento, com realização de contatos com as unidades judiciárias que possuem processos de meta e que já atuam com o sistema.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO: ADOÇÃO DE SOLUÇÕES ALTERNATIVAS DE CONFLITO

Para fomentar a resolução negociada de conflitos e estimular a comunidade a dirimir suas contendas sem necessidade de processo judicial estão em andamento 2 ações, que tratam da instalação de novos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) e do fortalecimento do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Resolução de Conflitos (NUPEMEC). A execução do macrodesafio está em **100%**.

Ações

- I. Fortalecer o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Resolução de Conflitos (NUPEMEC);
- II. Implementar projeto de itinerância do Centro Judiciário e Soluções de Conflitos e Cidadania (CEJUSC).

MACRODESAFIO

Adoção de Soluções Alternativas de Conflito

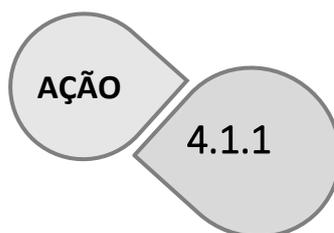
INICIATIVA ESTRATÉGICA

Fortalecimento de políticas e ações para resolução negociada de conflitos

RESPONSÁVEIS

Antonieta Ferrari Mileo, Juíza de Direito - (Macro)

Desa. Dahil Paraense de Souza e
Antonieta Maria Ferrari Mileo, Juíza de Direito - (Ação)



FORTALECER O NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS (NUPEMEC)

DESCRIÇÃO

Expandir a estrutura física e de pessoal do Núcleo, bem como desenvolver sistema de acompanhamento das atividades dos Cejuscs. Estabelecer parcerias e capacitar conciliadores e mediadores.

ETAPAS

- 4.1.1.1 Atualização de resolução para estruturação organizacional do Nupemec;
- 4.1.1.2 Encaminhamento da minuta à Comissão de Organização Judiciária;
- 4.1.1.3 Definição de sistemática de acompanhamento das atividades do Nupemec - Gestão de Conciliadores;
- 4.1.1.4 Realização de treinamento.

EXECUÇÃO

Foram planejadas ações para expandir a estrutura física e de pessoal do Núcleo, bem como desenvolver sistema de acompanhamento das atividades dos Cejuscs. Estabelecer parcerias e capacitar conciliadores e mediadores. Nesse sentido, foi elaborada minuta de projeto de lei para estruturação organizacional do Nupemec, alterando a Res. nº 015/2016, de acordo com as mudanças do CPC, da Lei da Mediação e da Res. nº125 do CNJ. Essa minuta trata da seleção, certificação, cadastramento, atuação, supervisão, afastamento e exclusão dos conciliadores, mediadores e câmaras privadas de conciliação e mediação; que está sob análise da Comissão de Organização Judiciária; foi definida a sistemática de acompanhamento das atividades do Nupemec–Gestão de Conciliadores, com os primeiros contatos feitos entre a equipe técnica do NUPEMEC e a Coordenadoria de Aplicações da Secretaria de Informática, já foi feito o levantamento de requisitos para a solução a ser executada. Destaca-se a realização de 8 capacitações, sendo 3 no mês de dezembro de 2017, mais 3 turmas do curso de mediação judicial no mês de abril: Belém, Paragominas e Parauapebas. Outra turma do curso de mediação judicial foi formada em junho na comarca de Belém. Considerando que a mediação e conciliação nos CEJUSC's são realizadas, em sua maioria, por mediadores e conciliadores voluntários, faz-se necessário a realização de novas turmas, para suprir a saída dos mesmos, após concluída a etapa do voluntariado, ou a insuficiência destes. Por fim, foi aprovada a Resolução n.º 23/2018 que dispõe sobre a nova estruturação e funcionamento do NUPEMEC.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO

Adoção de Soluções Alternativas de Conflito

INICIATIVA ESTRATÉGICA

Fortalecimento de políticas e ações para resolução negociada de conflitos

RESPONSÁVEIS

Antonieta Ferrari Mileo, Juíza de Direito - (Macro)

Desa. Dahil Paraense de Souza e Antonieta Maria Ferrari Mileo, Juíza de Direito - (Ação)

AÇÃO

4.1.2

IMPLEMENTAR PROJETO DE ITINERÂNCIA DO CENTRO JUDICIÁRIO E SOLUÇÕES DE CONFLITOS E CIDADANIA (CEJUSC)

DESCRIÇÃO

Criar Centros nas comarcas de Xinguara, Cad juizados, Marituba e Procon, a fim de difundir a cultura de paz, tendo o Judiciário como responsável e gestor da política de pacificação social.

ETAPAS

- 4.1.2.1 Realização de tratativas com juízes e entidades parceiras;
- 4.1.2.2 Definição de agenda de instalação;
- 4.1.2.3 Estruturação física do CEJUSC;
- 4.1.2.4 Estruturação funcional do CEJUSC.

EXECUÇÃO

Foi estabelecida parceria entre a Coordenadoria dos Juizados Especiais e o NUPEMEC para implementação e execução do CEJUSC Itinerante, que foi realizado nas comarcas de Marituba, Benevides, Castanhal.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO: GESTÃO DAS DEMANDAS REPETITIVAS E DOS GRANDES LITIGANTES

As 03 (três) ações planejadas buscam reverter a cultura da excessiva judicialização. Destaca-se a capacitação da força de trabalho no tratamento das demandas repetitivas, a padronização dos procedimentos relacionados ao juízo amplo de admissibilidade dos recursos extraordinários e especiais e a integração dos sistemas do TJPA ao Webservice do CNJ. O macrodesafio foi **100%** concluído.

Ações

- I. Padronizar os Procedimentos Relacionados ao Juízo Amplo de Admissibilidade dos Recursos Extraordinários e Especiais;
- II. Capacitar força de trabalho no tratamento das demandas repetitivas;
- III. Integrar os sistemas do TJPA ao webservice do CNJ.

MACRODESAFIO

Gestão das Demandas Repetitivas e dos Grandes Litigantes

INICIATIVA ESTRATÉGICA

Fortalecimento de mecanismos para a efetivação da redução de demandas repetitivas e grandes litigantes

RESPONSÁVEIS

Cesar Augusto Dias Lobo Júnior,
Servidor - (Macro)

Cesar Augusto Dias Lobo Júnior,
Servidor - (Ação)

AÇÃO

5.1.1

PADRONIZAR OS PROCEDIMENTOS RELACIONADOS
AO JUÍZO AMPLO DE ADMISSIBILIDADE DOS
RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS E ESPECIAIS.

DESCRIÇÃO

Redefinir fluxo de trabalho do setor e elaborar organograma dos núcleos. Promover estudo para aplicação de novas metodologias, a partir da observação dos modelos dos outros tribunais, com objetivo de aprimorar os mecanismos de controle das demandas repetitivas e dos grandes litigantes.

ETAPAS

- 5.1.1.1 Reestruturar a Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais com núcleos especializados no tratamento de matérias de Direito Público, Direito Privado e Direito Penal;
- 5.1.1.2 Levantamento de informações com tribunais;
- 5.1.1.3 Atualização do módulo no sistema LIBRA para o gerenciamento das demandas repetitivas;
- 5.1.1.4 Criação de painel virtual contendo informações acerca do IRDR (Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas) e IAC (Incidente de Assunção de competência), acompanhado de um campo de pesquisa;
- 5.1.1.5 Atualização no sistema de processo judicial que permita o juízo de 1º grau realizar o sobrestamento das demandas repetitivas

EXECUÇÃO

Foi realizada a reestruturação da Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais (CREE) com núcleos especializados no tratamento de matérias de Direito Público, Direito Privado e Direito Penal. O corpo de trabalho foi dividido por matérias emergindo daí núcleos especializados: NUGEP PRIVADO, NUGEP PÚBLICO e NUGEP PENAL; também foi realizada atualização de módulo no sistema Libra para gerenciamento de recursos repetitivos (cadastro e consulta), bem como o módulo de suspensão/sobrestamento de processos desta Corte em virtude de temas dos Tribunais Superiores. A atualização também permite ao juízo de 1º grau realizar o sobrestamento das demandas repetitivas (adaptação no cadastro de decisões do sistema LIBRA).

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO

Gestão das Demandas Repetitivas e dos Grandes Litigantes

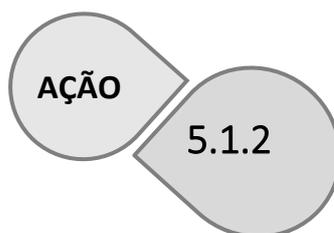
INICIATIVA ESTRATÉGICA

Fortalecimento de mecanismos para a efetivação da redução de demandas repetitivas e grandes litigantes

RESPONSÁVEIS

Cesar Augusto Dias Lobo Júnior, Servidor - (Macro)

Cesar Augusto Dias Lobo Júnior, Servidor - (Ação)



CAPACITAR FORÇA DE TRABALHO NO TRATAMENTO DAS DEMANDAS REPETITIVAS

DESCRIÇÃO

Realizar treinamentos e reuniões com servidores das unidades judiciais do Poder Judiciário Estadual para auxiliar nos trabalhos.

ETAPAS

- 5.1.2.1 Treinamento de servidores para cadastramento de processos;
- 5.1.2.2 Rodada de conversas com assessores e magistrados do 1º e 2º grau sobre as teses firmadas, em sede de recursos repetitivos;
- 5.1.2.3 Capacitação de servidores e magistrados do 1º grau no tratamento adequado dos processos repetitivos;
- 5.1.2.4 Capacitação de servidores e magistrados do 2º grau no tratamento adequado dos processos repetitivos.

EXECUÇÃO

Realizou-se treinamento de servidores para cadastramento correto de processos (Novo CPC em debate) em nove polos: Santarém, Marabá, Altamira, Paragominas, Breves, Redenção, Itaituba, Capanema e Castanhal. Também foram realizadas sete rodadas de conversas, com assessores e magistrados do 1º e 2º grau sobre as teses firmadas, em sede de recursos repetitivos, e sete capacitações de servidores e magistrados do 1º grau sobre tratamento adequado dos processos repetitivos. Capacitações realizadas no Projeto “O novo CPC em Debate” nos nove polos citados acima. Já no 2º grau foram trinta capacitações de servidores e magistrados sobre tratamento adequado dos processos repetitivos, em atendimento à Res. 235/CNJ.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO

Gestão das Demandas Repetitivas e dos Grandes Litigantes

INICIATIVA ESTRATÉGICA

Fortalecimento de mecanismos para a efetivação da redução de demandas repetitivas e grandes litigantes

RESPONSÁVEIS

Cesar Augusto Dias Lobo Júnior,
Servidor - (Macro)

Nilce Longhi Ramôa, Servidora - (Ação)

AÇÃO

5.1.4

INTEGRAR OS SISTEMAS DO TJPA AO WEBSERVICE
DO CNJ

DESCRIÇÃO

Implementar o Webservice para integração das informações do TJPA com os Tribunais Superiores, visando a facilitar a identificação de temas relacionados às demandas repetitivas.

ETAPAS

- 5.1.4.1 Definição dos parâmetros técnicos;
- 5.1.4.2 Coleta de requisitos para o Desenvolvimento da solução;
- 5.1.4.3 Desenvolvimento do webService no Sistema LIBRA;
- 5.1.4.4 Treinamento e Implantação.

EXECUÇÃO

Foram definidos os parâmetros técnicos para envio de informações, por meio do webservice, referentes aos precedentes judiciais, e desenvolvida solução visando adequação do ambiente interno do Libra (estrutura) para trocar informações com o CNJ, viabilizando o consumo de informação do órgão correedor, bem como o repasse de informação.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO: IMPULSO ÀS EXECUÇÕES FISCAIS E CÍVEIS

Estão sendo executadas 05 ações que visam a recuperação de bens e valores aos cofres públicos e a solução definitiva de litígios: integração dos sistemas entre as Varas de Execução Fiscal e as Procuradorias Estadual e Municipal, promoção de ações voltadas à solução consensual de demandas por meio da mediação e conciliação, estímulo ao protesto de títulos para recuperação de créditos públicos dentre outras. A execução do macro está em **100%**.

Ações

- I. Integrar os sistemas entre as Varas de Execução Fiscal e as Procuradorias Estadual e Municipal;
- II. Estimular o protesto de títulos para recuperação de créditos públicos;
- III. Elaborar estudo para melhoria do cumprimento/ execução dos julgados cíveis;
- IV. Difundir aos magistrados a utilização dos sistemas eletrônicos de acesso a informação de dados;
- V. Promover ações voltadas à solução consensual de demandas por meio da mediação e conciliação.

MACRODESAFIO

Impulso às Execuções Fiscais e Cíveis

INICIATIVA ESTRATÉGICA

Promoção de Ações Institucionais Voltadas à Solução de Litígios em Execução Fiscal

RESPONSÁVEIS

Kédima Pacifico Lyra, Juíza de Direito - (Macro)

Kédima Pacifico Lyra, Juíza de Direito - (Ação)

AÇÃO

6.1.1

INTEGRAR OS SISTEMAS ENTRE AS VARAS DE EXECUÇÃO FISCAL E AS PROCURADORIAS ESTADUAL E MUNICIPAL

DESCRIÇÃO

Integrar os sistemas entre as Varas de Execução Fiscal Municipal e Estadual (LIBRA e PJE), e as Secretarias de Fazenda Estadual (SEFA) e de Finanças do Município de Belém (SEFIN), objetivando buscar a integração e compartilhamento de dados do sistema informatizado da dívida ativa, com acesso de informações sobre o débito fiscal do devedor de forma célere e eficiente.

ETAPAS

- 6.1.1.1 Realização de reuniões de trabalho com os entes envolvidos;
- 6.1.1.2 Coleta de requisitos;
- 6.1.1.3 Desenvolvimento do web-service e adaptações no sistema LIBRA;
- 6.1.1.4 Efetivação da integração do PJE (Modelo Nacional de interoperabilidade - MNI) com as Procuradorias;
- 6.1.1.5 Formalização de Acordo de Cooperação Técnica entre os entes envolvidos.

EXECUÇÃO

Foi realizado o desenvolvimento do webservice, com adaptações no sistema Libra, bem como a efetivação da integração do Pje (Modelo Nacional de Interoperabilidade - MNI) com as Procuradorias. Também foi formalizado o acordo de cooperação técnica entre os entes envolvidos (TJPA, Estado, Municípios e outros órgãos ligados à execução fiscal), com vistas a integrar os sistemas de dívida ativa. Com a interligação dos sistemas será possível o compartilhamento de informações com os juízes da Execução Fiscal acerca dos contribuintes, como pessoas física e jurídica ou grupo econômico. A medida vai possibilitar celeridade das ações e reduzir a morosidade processual, pois facilita negociações fiscais, subsidia os magistrados com dados atualizados de débitos fiscais inscritos em dívida ativa e viabiliza a recuperação eficiente do crédito público nos processos de execução fiscal. Atualmente, as três Varas de Execução Fiscal dispõem de 195 mil ações.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO

Impulso às Execuções Fiscais e Cíveis

INICIATIVA ESTRATÉGICA

Promoção de Ações Institucionais Voltadas à Solução de Litígios em Execução Fiscal

RESPONSÁVEIS

Kédima Pacifico Lyra, Juíza de Direito - (Macro)

Kédima Pacifico Lyra, Juíza de Direito - (Ação)

AÇÃO

6.1.2

ESTIMULAR O PROTESTO DE TÍTULOS PARA RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS PÚBLICOS

DESCRIÇÃO

Estimular o protesto das Certidões de Dívida Ativa (CDA) pelas partes conveniadas no Acordo de Cooperação Técnica nº 025.2016, objetivando o cumprimento do objeto do acordo e de esforços para implementar os procedimentos necessários a fim de que as comunicações e transmissões inerentes ao protesto das CDA's ocorram por meios eletrônicos, a fim de otimizar a recuperação de créditos públicos e reduzir a desjudicialização de ações, desafogando o Judiciário e diminuindo a taxa de congestionamento nas Varas de Execução Fiscal.

ETAPAS

- 6.1.2.1 Realização de reuniões de trabalho com os entes envolvidos;
- 6.1.2.2 Formalização de Termo de Acompanhamento de Cumprimento de Acordo de Cooperação Técnica entre os entes envolvidos.

EXECUÇÃO

Por meio do Acordo de Cooperação Técnica nº 025/2016, busca otimizar a recuperação de créditos públicos e reduzir a desjudicialização de ações, desafogando o Judiciário e diminuindo a taxa de congestionamento nas Varas de Execução Fiscal. A utilização do protesto, como meio alternativo de cobrança, tem apresentado resultado positivo na política de desjudicialização e de enfrentamento do estoque de processos de execução fiscal, com arrecadação de valor considerável para os entes públicos. Em junho de 2018 ocorreu a formalização de Termo de Acompanhamento de Cumprimento de Acordo de Cooperação Técnica entre os entes envolvidos. Com a celebração deste Acordo busca-se a recuperação de créditos públicos por meio do protesto de Certidões de Dívida Ativa, Decisões dos Tribunais de Contas e Decisões Judiciais.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO

Impulso às Execuções Fiscais e Cíveis

INICIATIVA ESTRATÉGICA

Gestão do Cumprimento e da Execução dos Julgados Cíveis

RESPONSÁVEIS

Kédima Pacifico Lyra, Juíza de Direito - (Macro)

Kátia Parente Sena, Juíza de Direito - (Ação)

AÇÃO

6.2.1

ELABORAR ESTUDO PARA MELHORIA DO CUMPRIMENTO/ EXECUÇÃO DOS JULGADOS CÍVEIS

DESCRIÇÃO

Identificação de dificuldades para definição de estratégias, objetivando imprimir mais eficiência na tramitação dos processos de execuções cíveis e cumprimento de sentença, decisão e melhoria da gestão de processos, de pessoas e de rotinas, para maior racionalização de procedimentos.

ETAPAS

- 6.2.1.1 Criação do Grupo de Trabalho;
- 6.2.1.2 Elaboração de Diagnóstico;
- 6.2.1.3 Reunião para definição da estratégia de trabalho.

EXECUÇÃO

Foi concluída a ação com a identificação de dificuldades para definição de estratégias, com o intuito de imprimir mais eficiência na tramitação dos processos de execuções cíveis e cumprimento de sentença/decisão e melhoria da gestão de processos, de pessoas e de rotinas, para maior racionalização de procedimentos.

A ação permitiu identificar a necessidade da melhora da extração dos dados das ações executivas e de cumprimento de sentença. Bem como identificou os movimentos necessários na TPU para a coleta dos dados. A ação também permitiu a constatação da necessidade de divulgação das ferramentas disponíveis para ajudar ao Magistrado na fase executiva, razão pela criação do guia de ferramentas que estão à disposição do Magistrado.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO

Impulso às Execuções Fiscais e Cíveis

INICIATIVA ESTRATÉGICA

Gestão do Cumprimento e da Execução dos Julgados Cíveis

RESPONSÁVEIS

Kédima Pacifico Lyra, Juíza de Direito - (Macro)

Kátia Parente Sena, Juíza de Direito - (Ação)

AÇÃO

6.2.3

DIFUNDIR AOS MAGISTRADOS A UTILIZAÇÃO DOS SISTEMAS ELETRÔNICOS DE ACESSO A INFORMAÇÃO DE DADOS

DESCRIÇÃO

Criação de plano de conscientização dos magistrados para utilização efetiva dos sistemas eletrônicos de acesso a informação de dados (BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD, CENTRAL DE INDISPONIBILIDADE DE BENS), com a finalidade de pesquisa de dados de endereço e bens do executado, para que as execuções/cumprimento de sentença não se perpetuem, direcionando os esforços para as execuções frustradas.

ETAPAS

- 6.2.3.1 Criação de plano de conscientização de magistrados;
- 6.2.3.2 Divulgação da utilização dos sistemas eletrônicos;
- 6.2.3.3 Elaboração de Guia de Ferramentas a serviço do Magistrado na Execução e Cumprimento de Sentença Cível.

EXECUÇÃO

Foi criado plano de conscientização dos magistrados para utilização efetiva dos sistemas eletrônicos de acesso a informação de dados (BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD, CENTRAL DE INDISPONIBILIDADE DE BENS), com a finalidade de pesquisa de dados de endereço e bens do executado, para que as execuções/cumprimento de sentença não se perpetuem, direcionando os esforços para as execuções frustradas. Também foi elaborado um guia de ferramentas a serviço do magistrado na execução e cumprimento de sentença cível. O documento produzido lista os sistemas, bem como suas funcionalidades, sob a gestão da Central de Comunicação Interna e de Apoio à Magistratura.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO

Impulso às Execuções Fiscais e Cíveis

INICIATIVA ESTRATÉGICA

Gestão do Cumprimento e da Execução dos Julgados Cíveis

RESPONSÁVEIS

Kédima Pacifico Lyra, Juíza de Direito - (Macro)

Kátia Parente Sena, Juíza de Direito - (Ação)

AÇÃO

6.2.4

PROMOVER AÇÕES VOLTADAS À SOLUÇÃO
CONSENSUAL DE DEMANDAS POR MEIO DA
MEDIÇÃO E CONCILIAÇÃO

DESCRIÇÃO

Promoção de ações voltadas à solução consensual do cumprimento de execução dos julgados cíveis, por meio da mediação e conciliação, com a instituição e realização de jornadas de conciliação em cooperação com o NUPEMEC, objetivando a redução do acervo processual e da Taxa de Congestionamento nas unidades judiciárias, por meio da negociação entre as partes demandantes, com a solução definitiva dos processos em fase de execução e cumprimento de sentença/decisão.

ETAPAS

6.2.4.1 Criação de grupo de trabalho;

6.2.4.2 Elaboração de cronograma de realização das Jornadas de Conciliação.

EXECUÇÃO

Foi criado um grupo de trabalho por meio da Portaria nº 3660/2018-GP e foram realizados dois eventos de mutirão de execução conciliação cível na 13ª vara. Foram estabelecidos os períodos de 26 a 30/11 e 03 a 07/12 para a realização do mutirão de conciliação nos processos de execução civil, onde foram designadas 240 audiências de conciliação em processos já na fase de cumprimento ou em ações de execução. A pauta concentrada resultou em 228 ausências registradas, 12 audiências realizadas, sendo 10 infrutíferas, e dois (02) acordos realizados, com valor total negociado de R\$ 46.116,66 (quarenta e seis mil cento e dezesseis reais e sessenta e seis centavos).

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO: APRIMORAMENTO DA GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL

No intuito de reduzir o número de processos, as taxas de encarceramento e a construção de uma visão de justiça criminal vinculada à justiça social estão sendo desenvolvidas 9 ações no Plano de Gestão 2017-2019 sobre as seguintes temáticas: violência doméstica e familiar contra as mulheres, gestão de medidas protetivas, Justiça Restaurativa, expansão da aplicação de penas e medidas alternativas, prevenção a violência à criança e ao adolescente, priorização do atendimento ao idoso nas varas criminais e o julgamento de processos de presos provisórios. O percentual de execução deste macro é de **78%**.

Ações

- I. Promover campanhas de conscientização sobre a violência doméstica e familiar contra as mulheres;
- II. Realizar esforço concentrado de julgamento de processos em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher;
- III. Fortalecer a Coordenadoria Estadual da Mulher em situação de Violência Doméstica e Familiar;
- IV. Implantar sistemática de gestão de medidas protetivas;
- V. Promover campanhas de divulgação dos projetos que previnam a violência a criança e adolescente;
- VI. Implementar medidas de priorização do atendimento ao idoso nas varas criminais;
- VII. Implementar Programa de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará;
- VIII. Expandir a aplicação de penas e medidas alternativas;
- IX. Implementar Plano de Esforços Concentrados para o julgamento de processos de presos provisórios.

MACRODESAFIO

Aprimoramento da gestão da Justiça Criminal

INICIATIVA ESTRATÉGICA

Enfrentamento à violência doméstica e familiar, contra o idoso, contra a criança e ao adolescente e outros grupos vulneráveis

RESPONSÁVEIS

Desembargador Ronaldo Marques Valle - (Macro)

Desembargadora Diracy Nunes Alves - (Ação)

AÇÃO

7.1.1

PROMOVER CAMPANHAS DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA AS MULHERES

DESCRIÇÃO

Conscientizar a sociedade dos dados alarmantes de violência doméstica e familiar contra a mulher, com a realização de eventos, trabalhos de prevenção em escolas, trabalhadores de construção civil e do comércio.

ETAPAS

- 7.1.1.1 Realização de parceria com órgãos estaduais e sociedade civil;
- 7.1.1.2 Elaboração de agenda de eventos nacionais;
- 7.1.1.3 Identificar os bairros com maior índice de violência;
- 7.1.1.4 Realização de palestras em escolas;
- 7.1.1.5 Realização de palestras para trabalhadores da construção civil e comércio;
- 7.1.1.6 Elaboração de material de divulgação;
- 7.1.1.7 Divulgação no portal do Tribunal de informações e serviços oferecidos relacionados à temática da Violência Doméstica e Familiar contra a mulher.

EXECUÇÃO

Foram firmados três Acordos de Cooperação Técnica: Associação Supermercadista do Estado (ASPAS, Nº 011/2017) e com a Secretaria de Estado de Educação SEDUC (Nº 030/2017) e CESUPA (ACT Nº 030/2018), os acordos resultaram na realização de 16 palestras para trabalhadores da construção civil e comércio. Também foram identificados os bairros com maior índice de violência doméstica contra a mulher (Tapanã e Bengui) e realizou-se 30 eventos (palestras e formação de professores e servidores de escolas) em 12 escolas estaduais, por meio do qual foram formados 278 docentes e servidores das escolas, cerca de 520 alunos e 270 pais e/ou responsáveis em temas relativos a violência de gênero e Lei Maria da Penha.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO

Aprimoramento da gestão da Justiça Criminal

INICIATIVA ESTRATÉGICA

Enfrentamento à violência doméstica e familiar, contra o idoso, contra a criança e ao adolescente e outros grupos vulneráveis

RESPONSÁVEIS

Desembargador Ronaldo Marques Valle - (Macro)
Desembargadora Diracy Nunes Alves -

AÇÃO

7.1.2

REALIZAR ESFORÇO CONCENTRADO DE JULGAMENTO DE PROCESSOS EM CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

DESCRIÇÃO

Tendo em vista a instituição da Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, implementar esforço concentrado de julgamento de processos em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da legislação nacional vigente e das normas internacionais sobre direitos humanos sobre a matéria.

ETAPAS

- 7.1.2.1 Realização de reunião com juízes das varas de violência doméstica e/ou com competência para matéria;
- 7.1.2.2 Levantamento dos processos do TJPA no sistema Libra;
- 7.1.2.3 Elaboração do relatório final.

EXECUÇÃO

Foram realizadas reuniões com juízes das varas de violência doméstica e/ou com competência para matéria, posteriormente foi feito o levantamento de todos os processos que estavam aguardando julgamento e foram realizadas a 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 12ª semanas de justiça pela paz em casa.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO

Aprimoramento da gestão da Justiça Criminal

INICIATIVA ESTRATÉGICA

Enfrentamento à violência doméstica e familiar, contra o idoso, contra a criança e ao adolescente e outros grupos vulneráveis

RESPONSÁVEIS

**Desembargador Ronaldo Marques Valle - (Macro)
Desembargadora Diracy Nunes Alves -**

AÇÃO

7.1.3

FORTALECER A COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

DESCRIÇÃO

Aprimoramento, Coordenação e execução de políticas públicas relativas as mulheres em situação de violência no espaço jurídico de atribuições do Poder Judiciário.

ETAPAS

7.1.3.1 Elaboração de minuta de instrumento normativo para reestruturação da Coordenadoria da mulher conforme Portaria 015/2017 do CNJ;

7.1.3.2 Designação dos servidores que irão compor a equipe.

EXECUÇÃO

Foi elaborada minuta de resolução de reestruturação da Coordenadoria da mulher, em observância ao disposto na Portaria n.º 015/2017 do CNJ. O espaço físico destinado à coordenadoria fica no Fórum criminal da capital. Foi iniciada a estruturação da CEVID.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO

Aprimoramento da gestão da Justiça Criminal

INICIATIVA ESTRATÉGICA

Enfrentamento à violência doméstica e familiar, contra o idoso, contra a criança e ao adolescente e outros grupos vulneráveis

RESPONSÁVEIS

Desembargador Ronaldo Marques Valle - (Macro)
Rubilene Silva Rosário, Juíza de Direito -

AÇÃO

7.1.4

IMPLANTAR SISTEMÁTICA DE GESTÃO DE MEDIDAS PROTETIVAS

DESCRIÇÃO

Realizar ações para garantir a fiscalização da aplicação da medida protetiva por meio da expansão dos projetos Patrulha Maria da Penha e o SOS Mulher.

ETAPAS

- 7.1.4.1 Interlocação com as comarcas (Abaetetuba, Barcarena, Mojú, Salinas, Santarém, Marabá, Altamira, Itupiranga, São Domingos do Araguaia, Breves, Belém e comarcas próximas);
- 7.1.4.2 Definição da área de aplicação do projeto;
- 7.1.4.3 Tratativas com a Polícia Militar, Secretário de Segurança Pública e gestores municipais;
- 7.1.4.4 Elaboração do termo de cooperação técnica;
- 7.1.4.5 Capacitação do contingente da polícia militar envolvida na patrulha Maria da Penha e dos agentes de justiça no SOS Mulher nas comarcas selecionadas;
- 7.1.4.6 Monitoramento da operacionalização do Projeto.

EXECUÇÃO

Iniciou-se a interlocação com as comarcas de Abaetetuba, Barcarena, Mojú, Salinas, Santarém, Marabá (minuta de termo de cooperação elaborada), Altamira, Itupiranga, São Domingos do Araguaia, Breves, Belém e comarcas próximas, foi definida a área de aplicação do projeto, além das tratativas com a Polícia Militar, Secretário de Segurança Pública e gestores municipais. Ocorreu a Capacitação da Patrulha de 11 a 13 de 07/2018, e outra em Agosto pela Polícia Militar e Celebração do Convênio de Cooperação Técnica firmado pelo TJPA, e Secretaria de Segurança Pública do Estado, Prefeitura Municipal de Marabá, Propaz e Polícia Militar do Estado.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO

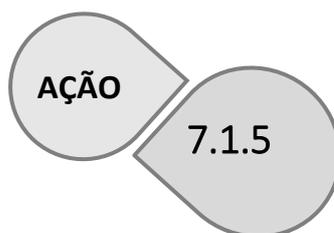
Aprimoramento da gestão da Justiça Criminal

INICIATIVA ESTRATÉGICA

Enfrentamento à violência doméstica e familiar, contra o idoso, contra a criança e ao adolescente e outros grupos vulneráveis

RESPONSÁVEIS

Desembargador Ronaldo Marques Valle - (Macro)
Mônica Maciel Soares Fonseca, Juíza de



PROMOVER CAMPANHAS DE DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS QUE PREVINAM A VIOLÊNCIA A CRIANÇA E ADOLESCENTE

DESCRIÇÃO

Como o objetivo de desenvolver ações articuladas, os projetos a serem divulgados são aqueles referidos no Macrodesafio dos Garantia dos Direitos da Cidadania.

ETAPAS

- 7.1.5.1 Elaboração de plano de comunicação;
- 7.1.5.2 Produção de material de divulgação;
- 7.1.5.3 Divulgação das peças de comunicação.

EXECUÇÃO

A Coordenadoria de Imprensa produziu materiais e vídeos digitais relacionados aos projetos Minha Escola, Meu Refúgio, e ações do Comissariado da Infância e Juventude nos estádios de futebol e bares, além de divulgar todas as ações relevantes das varas de Infância e Juventude relativas ao tema. Foram produzidas 19 matérias jornalísticas e dois vídeos digitais, além de banners para as redes sociais e para o portal do TJPA.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO

Aprimoramento da gestão da Justiça Criminal

INICIATIVA ESTRATÉGICA

Enfrentamento à violência doméstica e familiar, contra o idoso, contra a criança e ao adolescente e outros grupos vulneráveis

RESPONSÁVEIS

Desembargador Ronaldo Marques Valle - (Macro)
Ana Selma da Silva Timóteo, Juíza de

AÇÃO

7.1.6

IMPLEMENTAR MEDIDAS DE PRIORIZAÇÃO DO ATENDIMENTO AO IDOSO NAS VARAS CRIMINAIS

DESCRIÇÃO

Criar mecanismos no Libra, por ocasião da distribuição dos processos criminais, que identifiquem as partes idosas envolvidas, seja como réu seja como vítima; instruir e julgar as demandas que envolvam idosos com a prioridade que o caso requer e a humanização dos processos de idosos com a aplicação de práticas restaurativas em favor da vítima.

ETAPAS

- 7.1.6.1 Realização de reunião com integrantes da Secretaria de Informática;
- 7.1.6.2 Comunicação oficial sobre o uso da funcionalidade de identificação dos processos criminais referentes ao idoso;
- 7.1.6.3 Comunicação oficial sobre o uso da funcionalidade de identificação dos processos criminais referentes ao idoso;
- 7.1.6.4 Levantamento e identificação dos processos nas varas criminais e no sistema LIBRA que envolvam pessoas idosas, quer como vítimas, quer como réu;
- 7.1.6.5 Criação de mecanismos no sistema Libra que possibilitem a identificação e listagem distinta de processos que envolvam idosos nas ações criminais;
- 7.1.6.6 Análise, instrução e julgamento de processos, com a prioridade de garantia do direito do idoso;
- 7.1.6.7 Disponibilização das práticas restaurativas nos processos criminais envolvendo idosos.

EXECUÇÃO

Foi apresentado Parecer Técnico pela SI acerca da existência de ferramenta no Sistema Libra que permite o levantamento de processos criminais que envolvam idosos no TJPA, quer como vítimas, quer como réus. Posteriormente foi feita comunicação oficial (pelas duas Corregedorias de Justiça) sobre o uso da funcionalidade de identificação dos processos criminais referentes ao idoso, determinando aos Juízes responsáveis pelas varas criminais do Estado que procedessem ao cadastramento e distribuição dos processos que envolvam pessoas idosas, na qualidade de vítimas ou de réus. Até o momento das 163 unidades judiciárias com competência criminal, 51 realizaram o levantamento e a separação dos processos criminais relativos a idosos.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO

Aprimoramento da gestão da Justiça Criminal

INICIATIVA ESTRATÉGICA

Fortalecimento da justiça restaurativa

RESPONSÁVEIS

Desembargador Ronaldo Marques Valle - (Macro)

Reijane Ferreira de Oliveira, Juíza de Direito - (Ação)

AÇÃO

7.2.1

IMPLEMENTAR PROGRAMA DE JUSTIÇA RESTAURATIVA NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ

DESCRIÇÃO

Fortalecer as práticas de Justiça Restaurativa por meio do aprimoramento do Programa, conforme Portaria nº 5.821/2016-GP.

ETAPAS

- 7.2.1.1 Instituição de grupo de trabalho;
- 7.2.1.2 Revisão de normativo do Programa de Justiça Restaurativa;
- 7.2.1.3 Elaboração de Termo de Cooperação Técnica Interinstitucional;
- 7.2.1.4 Promoção de ações de disseminação da Justiça Restaurativa.

EXECUÇÃO

Foi criado um grupo de trabalho (Portaria nº 3662/2017-GP) e foi realizada a revisão do normativo do Programa, sendo que a minuta foi encaminhada à Presidência do TJPA, por meio do Siga PA-MEM-2018/20667. Também foram realizados 4 eventos de disseminação da Justiça Restaurativa: Capacitação dos servidores das Varas de Violência Doméstica, Roda de conversa realizada em Mocajuba (novembro/2017), com as temáticas “Comunidade e crime e exposição sobre o que é justiça restaurativa” e temática “Pacificação de conflitos” (dezembro/2017) e evento de sensibilização do mesmo município em janeiro/2018.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO

Aprimoramento da gestão da Justiça Criminal

INICIATIVA ESTRATÉGICA

Promoção das ações de ressocialização dos apenados

RESPONSÁVEIS

Desembargador Ronaldo Marques Valle - (Macro)

Andrea Lopes Miralha, Juíza de Direito - (Ação)

AÇÃO

7.3.1

EXPANDIR A APLICAÇÃO DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS

DESCRIÇÃO

Investir em opções para o cumprimento de alternativas penais, com a ampliação da rede social, objetivando garantir a devida aplicação e acompanhamento, mas com a manutenção de seu beneficiário no convívio social visando contribuir para a redução do encarceramento, bem como das taxas de reincidência.

ETAPAS

- 7.3.1.1 Elaboração de minuta de termo de Convênio para estabelecer parceria entre o Município de Ananindeua e a Vara de Execução das Penas e Medidas Alternativas (VEPMA);
- 7.3.1.2 Articulação com a representante do Ministério Público para a discussão de minuta do Termo de Convênio;
- 7.3.1.3 Articulação com a equipe interdisciplinar da VEPMA do Núcleo de Ananindeua para a discussão de minuta do Termo de Convênio;
- 7.3.1.4 Reunião com prefeito da Comarca de Ananindeua para explanação do Termo de Convênio e dos benefícios da parceria;
- 7.3.1.5 Assinatura do Convênio de Parceria entre a Prefeitura de Ananindeua com a VEPMA;
- 7.3.1.6 Capacitação dos parceiros pelo setor interdisciplinar do núcleo de Ananindeua;
- 7.3.1.7 Operacionalização do convênio.

EXECUÇÃO

Foi firmado convênio com o município de Ananindeua para viabilizar o caráter socioeducativo e reeducador das penas e medidas alternativas, em especial a prestação de serviços à comunidade (PSC), aplicadas pelos Juízos Penais e Juizados Especiais Criminais da Região Metropolitana de Belém, nos termos do art. 44 do CPB e Lei 9.099/95. Também foi realizada capacitação dos parceiros pelo setor interdisciplinar do núcleo de Ananindeua, com a capacitação de 11 instituições relacionadas com a Prefeitura de Ananindeua (Conselhos Tutelares II e III, SEMAD, SEMED, SEPOF, entre outras). Por meio do convênio foram abertas 44 vagas na modalidade Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), auxiliando na diminuição do encarceramento e colaborando para a redução das taxas de reincidência.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO

Aprimoramento da gestão da Justiça Criminal

INICIATIVA ESTRATÉGICA

Aprimoramento da aplicação dos institutos penais

RESPONSÁVEIS

Desembargador Ronaldo Marques Valle - (Macro)

Desembargador Ronaldo Marques Valle - (Ação)

AÇÃO

7.4.1

IMPLEMENTAR PLANO DE “ESFORÇOS CONCENTRADOS” PARA O JULGAMENTO DE PROCESSOS DE PRESOS PROVISÓRIOS

DESCRIÇÃO

Tendo em vista a precária situação dos presídios, a tensão existente decorrente do avanço das facções criminosas e a superlotação carcerária, implementar um “Esforço Concentrado”, por meio da análise da situação dos presos provisórios e posterior julgamento de presos a mais 180 dias.

ETAPAS

- 7.4.1.1 Realização de reunião com integrantes do Sistema de Justiça;
- 7.4.1.2 Levantamento dos processos do TJPA no sistema Libra;
- 7.4.1.3 Edição de atos de instrução;
- 7.4.1.4 Identificação, separação, análise, instrução de processos e expedição de comunicados;
- 7.4.1.5 Audiência e julgamento dos processos, priorizando aqueles que ultrapassem os 180 dias;
- 7.4.1.6 Elaboração do relatório final do plano de ação.

EXECUÇÃO

O Esforço Concentrado teve duas fases: na 1ª fase ocorreu a análise dos processos e a realização de audiências, já na 2ª Fase, o GMF/TJE-PA examinou os dados encaminhados pelas Varas criminais, com base na fase de audiência instrução e julgamento dos processos, e identificou fatores que determinaram ou contribuíram para a não ocorrência das audiências de instrução e julgamento.

Foram apresentados os seguintes resultados: identificados, separados e analisados mais de 4 mil processos envolvendo presos provisórios, realizadas 1.479 audiências e julgamentos processos, com priorização daqueles com mais de 180 dias.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO: MELHORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Para potencializar o capital humano no TJPA, o desenvolvimento de competências gerenciais e técnicas dos magistrados e servidores, bem como adequada distribuição da força de trabalho, estão sendo executadas 10 ações, **e atualmente atingiram 70% de execução**, com destaque para a implementação do Programa de Atenção Integral à Saúde e Qualidade de vida de magistrados e servidores, com ênfase na promoção e proteção à saúde e prevenção de doenças.

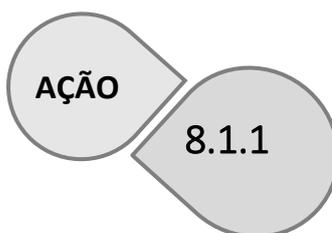
Ações

- I. Mapear as competências das unidades de apoio direto;
- II. Implementar novo sistema de avaliação de estágio probatório;
- III. Elaboração de plano de ação relativo às Resoluções nº 219/2016 e nº 243/2016;
- IV. Implementar Assentamento Funcional Digital;
- V. Implantar Curso de Especialização na modalidade de Ensino à Distância (EAD);
- VI. Implantar plano de formação e aperfeiçoamento inicial para servidores;
- VII. Implantar programa de desenvolvimento em técnicas de gerenciamento e liderança de magistrados e diretores de secretaria;
- VIII. Transformar a Escola Superior da Magistratura em Escola Judiciária do PJPA;
- IX. Implementar o Programa de Atenção Integral à Saúde e Qualidade de vida de magistrados e servidores, com ênfase na promoção e proteção à saúde e prevenção de doenças;
- X. Aperfeiçoar os sistemas tecnológicos da área de saúde.

MACRODESAFIO
Melhoria de Gestão de Pessoas

INICIATIVA ESTRATÉGICA
**Implantação da gestão por
competências**

RESPONSÁVEIS
**Patrícia Bacellar Lopes, Servidora -
(Macro)**
**Jean Karlo Quintela de Souza, Servidor -
(Ação)**



MAPEAR AS COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES DE APOIO DIRETO

DESCRIÇÃO

Identificar as competências exigidas pela instituição e as evidenciadas pelos ocupantes dos cargos e funções, de forma a possibilitar a verificação dos gaps (lacunas) de competências para a implementação do modelo de gestão por competências.

ETAPAS

- 8.1.1.1 Levantamento de atribuições de cargos e funções e identificação preliminar das competências;
- 8.1.1.2 Validação das competências da área de apoio direto.

EXECUÇÃO

Devido às dificuldades encontradas com a Consultoria anteriormente contratada todo processo foi reiniciado, com a rescisão contratual através do distrato em 18/04/2018. A Secretaria de Gestão de Pessoas, através da Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal (CDP) expôs as dificuldades através do Memorando n.º 2018/45738. A CDP realizou pesquisa de mercado para indicar possíveis empresas de consultoria que atendessem aos requisitos de qualidade e abrangência propostas para ao Projeto de Gestão por Competências. A proposta foi encaminhada à SEPLAN, e a avaliação registrada no Memorando n.º 2018/40402 foi considerar que está sendo elaborado projeto de capacitação em parceria com outras instituições credenciadas; que a contratação gera reflexos na programação para os próximos anos e portanto, que a proposta deveria ser submetida à análise da Gestão do Poder Judiciário para o biênio de 2019-2021.

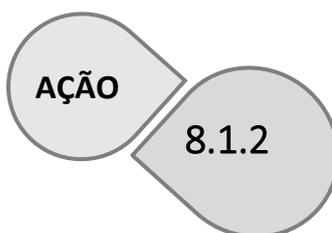
SITUAÇÃO



MACRODESAFIO
Melhoria de Gestão de Pessoas

INICIATIVA ESTRATÉGICA
**Implantação da gestão por
competências**

RESPONSÁVEIS
**Patrícia Bacellar Lopes, Servidora -
(Macro)**
**Jean Karlo Quintela de Souza, Servidor -
(Ação)**



**IMPLEMENTAR NOVO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE
ESTÁGIO PROBATÓRIO.**

DESCRIÇÃO

O atual modelo de estágio probatório necessita ser aprimorado, de modo que venha a ser um instrumento mais efetivo para o desenvolvimento das competências dos novos servidores. Para tanto são necessárias alterações nas suas normas, incluindo critérios e procedimentos, especialmente a informatização do processo, no sentido de torná-lo mais célere, objetivo e transparente.

ETAPAS

- 8.1.2.1 Definição de metodologia;
- 8.1.2.2 Elaboração do novo formulário de avaliação de Estágio Propatório;
- 8.1.2.3 Elaboração da minuta de Resolução;
- 8.1.2.4 Viabilização do instrumento de avaliação no sistema MentorRH.

EXECUÇÃO

Essa ação encontra-se em andamento tendo sido definida a metodologia, o novo formulário já adaptado ao sistema Mentorh e a elaboração da minuta de resolução, sendo que as duas últimas etapas ainda estão em andamento.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO
Melhoria de Gestão de Pessoas

INICIATIVA ESTRATÉGICA
Padronização de lotação de pessoal

RESPONSÁVEIS
Patrícia Bacellar Lopes, Servidora - (Macro)
Patricia Bacellar Lopes, Servidora - (Ação)

AÇÃO

8.2.1

**ELABORAÇÃO DE PLANO DE AÇÃO RELATIVO ÀS
RESOLUÇÕES Nº 219/2016 E Nº 243/2016**

DESCRIÇÃO

Concretizar as diretrizes da Resolução nº 219.CNJ, alterada pela Resolução nº 243.CNJ, a fim de equalizar a divisão da força de trabalho.

ETAPAS

- 8.2.1.1 Ampliação do Grupo de trabalho;
- 8.2.1.2 Publicação das Tabelas de Lotação de Pessoal (TLP);
- 8.2.1.3 Elaboração de estudos relativos a Minuta de Resolução para implementação da Lotação Paradigma;
- 8.2.1.4 Encaminhamento à Presidência da Minuta de Resolução;
- 8.2.1.5 Acompanhamento do processo de tramitação da minuta de resolução pelo Tribunal Pleno;
- 8.2.1.6 Aprimoramento da apresentação de dados de pessoal implementada na ferramenta de BI (Business Intelligence);
- 8.2.1.7 Padronização das informações de distribuição e cumprimento de mandados contidas nos sistemas Libra, PROJUDI e PJe, no ambiente computacional DW (Dataware House);
- 8.2.1.8 Desenvolvimento de apresentações de dados no ambiente BI no âmbito da Resolução nº 219/CNJ que versam sobre mandados (anexos II e V).

EXECUÇÃO

Quanto a implementação do plano, já foram publicadas as tabelas de lotação de pessoal, publicadas as Resoluções n.º 13 e n.º 16/2017, houve a apresentação dos dados de pessoal, LP (Lotação Paradigma) e LPEx (Lotação Paradigma da Execução de Mandados), através da ferramenta de Business Intelligence (BI). A padronização das informações de distribuição e cumprimento de mandados contidas nos sistemas Libra, Projudi e Pje, no ambiente computacional Dataware House (DW), encontra-se com 100% de suas atividades finalizadas.

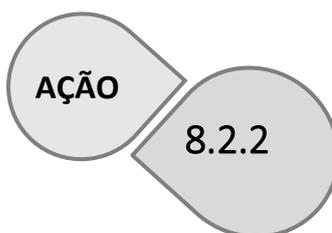
SITUAÇÃO



MACRODESAFIO
Melhoria de Gestão de Pessoas

INICIATIVA ESTRATÉGICA
Padronização de lotação de pessoal

RESPONSÁVEIS
Patrícia Bacellar Lopes, Servidora - (Macro)
Hellen Geyza da Silva Miranda, Servidora - (Ação)



IMPLEMENTAR ASSENTAMENTO FUNCIONAL DIGITAL

DESCRIÇÃO

Criação e implantação do Módulo do Assentamento Funcional Digital no sistema MentorH com a digitalização do acervo físico dos servidores e magistrados ativos.

ETAPAS

- 8.2.2.1 Elaboração do protótipo de digitalização;
- 8.2.2.2 Digitalização do acervo físico dos servidores ativos;
- 8.2.2.3 Digitalização do acervo físico dos magistrados ativos;
- 8.2.2.4 Elaboração do Projeto de Assentamento Funcional Digital e homologação junto a Empresa;
- 8.2.2.5 Aquisição de módulo junto a Empresa;
- 8.2.2.6 Importação de dados para o Mentorh.

EXECUÇÃO

A digitalização do acervo físico dos servidores ativos atingiu 100% de suas atividades concluídas em 11/10/2018, isto é, 4.109 pastas de servidores ativos. Já a digitalização do acervo físico dos magistrados ativos foi finalizada no mês de agosto de 2018, no total, foram digitalizadas 362 pastas de magistrados que compõem o quadro funcional do TJP. Em 29/11/2018 ainda estavam sendo finalizada a elaboração do projeto para cotação e homologação. A etapa de aquisição apontou como dificuldades a inexistência de pontos de função no contrato de desenvolvimento suficientes para dar prosseguimento, em razão de restrições financeiras para o efetivo desenvolvimento. O escopo já havia sido definido, porém não implementado. Em 22/01/2019 foi informado que a SETIC criou protótipo do módulo Assentamento Funcional Digital - AFD no sistema MentoRH e a abertura de chamado para manutenção evolutiva foi autorizada pela SGP em 21/01/2019.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO
Melhoria de Gestão de Pessoas

INICIATIVA ESTRATÉGICA
Formação inicial e continuada de magistrados, servidores e colaboradores

RESPONSÁVEIS
Patrícia Bacellar Lopes, Servidora - (Macro)
Jean Karlo Quintela de Souza, Servidor - (Ação)

AÇÃO

8.3.1

IMPLANTAR CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO NA MODALIDADE DE ENSINO À DISTÂNCIA (EAD)

DESCRIÇÃO

Elaborar um curso de pós-graduação lato sensu em Direito para servidores, desenvolvido inteiramente em plataforma de educação a distância.

ETAPAS

- 8.3.1.1 Definição do curso e grade curricular;
- 8.3.1.2 Implantação do curso.

EXECUÇÃO

A Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoal finalizou a implantação de curso de especialização na modalidade EAD, para tanto foi definido o curso de Direito Processual, com carga de 480h.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO
Melhoria de Gestão de Pessoas

INICIATIVA ESTRATÉGICA
Formação inicial e continuada de magistrados, servidores e colaboradores

RESPONSÁVEIS
Patrícia Bacellar Lopes, Servidora - (Macro)
Jean Karlo Quintela de Souza, Servidor - (Ação)

AÇÃO

8.3.2

IMPLANTAR PLANO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO INICIAL PARA SERVIDORES.

DESCRIÇÃO

Definição da matriz de capacitação, considerando estudos prévios de competências relacionados aos cargos, alinhando tais treinamentos aos objetivos estratégicos do Poder Judiciário do Estado do Pará.

ETAPAS

- 8.3.2.1 Definição da matriz curricular;
- 8.3.2.2 Regulamentação do plano de formação inicial.

EXECUÇÃO

Foi concluída a implantação de plano de formação e aperfeiçoamento inicial para servidores, a minuta de regulamentação do plano foi encaminhada à Presidência do TJPA.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO
Melhoria de Gestão de Pessoas

INICIATIVA ESTRATÉGICA
Formação inicial e continuada de magistrados, servidores e colaboradores

RESPONSÁVEIS
Patrícia Bacellar Lopes, Servidora - (Macro)
Jean Karlo Quintela de Souza, Servidor - (Ação)

AÇÃO

8.3.3

IMPLANTAR PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EM TÉCNICAS DE GERENCIAMENTO E LIDERANÇA DE MAGISTRADOS E DIRETORES DE SECRETARIA

DESCRIÇÃO

Valorizar magistrados e servidores, conforme preconiza a diretriz estratégica de priorização do 1º Grau de Jurisdição, com a formação em gestão e liderança, alinhado ao Planejamento Estratégico do PJPA.

ETAPAS

- 8.3.3.1 Definição da Matriz curricular;
- 8.3.3.2 Levantamento de mercado;
- 8.3.3.3 Contratação de empresa;
- 8.3.3.4 Implantação do curso

EXECUÇÃO

A implantação de programa de desenvolvimento em técnicas de gerenciamento e liderança de magistrados e diretores de secretaria foi finalizada com a implantação do curso em junho de 2017. Foram ministrados 5 módulos, 2 em Belém com 104 concluintes, 2 em Castanhal com 87 concluintes e 1 em Altamira com 56 concluintes. Os objetivos dessa valorização contribuem para a melhoria da gestão de pessoas e buscam aumentar a produtividade das unidades de trabalho.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO
Melhoria de Gestão de Pessoas

INICIATIVA ESTRATÉGICA
Implantação da Escola Judiciária

RESPONSÁVEIS
**Patrícia Bacellar Lopes, Servidora -
(Macro)**
Aníbal Corrêa Pinto, Servidor - (Ação)

AÇÃO

8.4.1

**TRANSFORMAR A ESCOLA SUPERIOR DA
MAGISTRATURA EM ESCOLA JUDICIÁRIA DO PJPA**

DESCRIÇÃO

Criar e consolidar estrutura educacional de largo alcance, dotada de recursos que valorizem a educação a distância sem descuidar da educação presencial, voltada à formação Inicial e continuada de magistrados e servidores, devidamente integrada ao processo de planejamento e gestão estratégica do Poder Judiciário do Pará, a exemplo de experiências exitosas que já ocorrem em outros tribunais do País.

ETAPAS

- 8.4.1.1 Realização de estudos para subsidiar a elaboração do projeto de lei da Escola Judiciária;
- 8.4.1.2 Elaboração de projeto de lei da Escola Judiciária;
- 8.4.1.3 Elaboração de Regimento interno da Escola Judiciária.

EXECUÇÃO

Foi aprovado o anteprojeto de lei de transformação da Escola Superior da Magistratura em Escola Judicial e foi elaborado o regimento interno. O Projeto já foi encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado do Pará e devidamente aprovado.

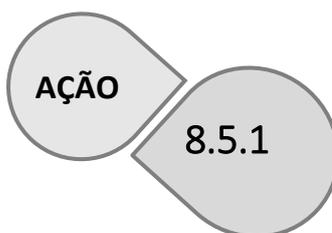
SITUAÇÃO



MACRODESAFIO
Melhoria de Gestão de Pessoas

INICIATIVA ESTRATÉGICA
**Implementação de programas de
atenção à saúde e qualidade de vida**

RESPONSÁVEIS
**Patrícia Bacellar Lopes, Servidora -
(Macro)**
**Manoel de Christo Alves Neto, Servidor
- (Ação)**



**IMPLEMENTAR O PROGRAMA DE ATENÇÃO
INTEGRAL À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA DE
MAGISTRADOS E SERVIDORES, COM ÊNFASE NA
PROMOÇÃO E PROTEÇÃO À SAÚDE E PREVENÇÃO DE
DOENÇAS**

DESCRIÇÃO

Institucionalizar projetos e ações nas áreas de assistência direta à saúde, perícia oficial em saúde, saúde ocupacional, intervenções de promoção à saúde, prevenção de doenças e qualidade de vida, alinhadas ao Planejamento Estratégico. Visa ainda ao desenvolvimento da solidariedade, da cultura, do esporte e do lazer.

ETAPAS

- 8.5.1.1 Institucionalização de projetos de saúde e qualidade de vida;
- 8.5.1.2 Capacitação em temas de gestão e técnico-assistenciais;
- 8.5.1.3 Implementação do plano de comunicação em saúde;
- 8.5.1.4 Mapeamento dos fluxos de trabalho da área de saúde;
- 8.5.1.5 Realização de eventos periódicos em saúde, qualidade de vida, cultura e sustentabilidade;
- 8.5.1.6 Criação do Grupo de Acompanhamento em Saúde (GAS).

EXECUÇÃO

A Coordenadoria de Saúde do Tribunal está trabalhando na implementação do Programa de Atenção Integral à Saúde e Qualidade de vida de magistrados e servidores, com ênfase na promoção e proteção à saúde e prevenção de doenças. A institucionalização de projetos de saúde e qualidade de vida foi realizada 97 eventos periódicos em saúde, qualidade de vida, cultura e sustentabilidade, e implementação do Plano de Comunicação em Saúde. Os eventos abrangiram ginástica laboral, educação postural, meditação, campanhas de vacinação contra influenza, oficinas de alimentação saudável, mutirões de exames periódicos entre outras atividades. Também foi criado o Grupo de Acompanhamento em Saúde (GAS).

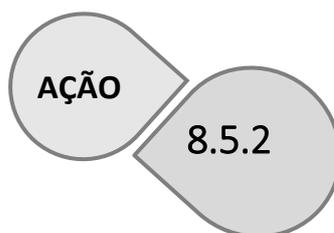
SITUAÇÃO



MACRODESAFIO
Melhoria de Gestão de Pessoas

INICIATIVA ESTRATÉGICA
**Implementação de programas de
atenção à saúde e qualidade de vida**

RESPONSÁVEIS
**Patrícia Bacellar Lopes, Servidora -
(Macro)**
**Manoel de Christo Alves Neto, Servidor
- (Ação)**



**APERFEIÇOAR OS SISTEMAS TECNOLÓGICOS DA
ÁREA DE SAÚDE**

DESCRIÇÃO

Aperfeiçoar sistema eletrônico integrado, de modo a permitir o monitoramento, controle e a tomada de decisão relacionada aos principais riscos de adoecimento de magistrados e servidores. Visa à eficiência operacional, à transparência institucional, e à adoção de gestão da informação em saúde e de processos de trabalho.

ETAPAS

- 8.5.2.1 Elaboração de projeto de extração de informações em saúde;
- 8.5.2.2 Modelagem do Datamart e desenvolvimento de processos ETL de fomento;
- 8.5.2.3 Desenvolvimento das apresentações de informações no OBIEE, referente à Resolução n.º 207/2015 - CNJ;
- 8.5.2.4 Diagnóstico das necessidades do Serviço Odontológico referentes ao prontuário eletrônico;
- 8.5.2.5 Adequação do sistema MENTORH às necessidades das unidades de saúde;
- 8.5.2.6 Treinamento dos servidores para utilização do prontuário eletrônico.

EXECUÇÃO

A ação de aperfeiçoamento dos sistemas tecnológicos da área de saúde está com etapas em atraso baixa execução. A Coordenadoria de Saúde tomou providências no sentido de fornecer as informações para que a etapa de aperfeiçoamento fossem executadas. Foram encaminhados modelos de prontuários eletrônicos, através do Memorando n.º 2017/23394, e os respectivos andamentos a partir de 14/11/2018 para a Coordenadoria de Aplicações da Secretaria de Informática.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE CUSTOS

Para estabelecer uma cultura de redução dos desperdícios de recursos públicos e melhor direcionamento dos gastos foram instituídas 2 ações, uma Rede de Governança na área de contratação de bens e serviços e a implementação do sistema integrado de custos. O referido macrodesafio está com **50% de execução**.

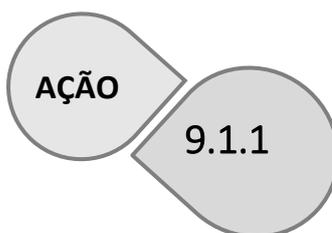
Ações

- I. Implantar sistema integrado de custos
- II. Instituir rede de governança na área de contratação de bens e serviços

MACRODESAFIO
Aperfeiçoamento da Gestão de Custos

INICIATIVA ESTRATÉGICA
Implantação de Sistemática de Gestão de Custos

RESPONSÁVEIS
**Francisco de Oliveira Campos Filho,
Servidor - (Macro)**
**Francisco de Oliveira Campos Filho,
Servidor - (Ação)**



IMPLANTAR SISTEMA INTEGRADO DE CUSTOS

DESCRIÇÃO

Permitir o controle, acompanhamento e a tomada de decisão com o intuito de conduzir a eficiência do gasto público, assim como a otimização e integração dos processos de trabalho e a conscientização de que cada unidade é corresponsável pela gestão de custo.

ETAPAS

- 9.1.1.1 Realização de análise de viabilidade;
- 9.1.1.2 Produção de documentação para contratação;
- 9.1.1.3 Elaboração de termo de referência para contratação de Sistema de Custos;
- 9.1.1.4 Contratação de sistema;
- 9.1.1.5 Implantação do sistema integrado de custos;
- 9.1.1.6 Treinamento de usuários.

EXECUÇÃO

Foi iniciada com a implantação dos módulos de controle de materiais e frota, e encontra-se em andamento o de treinamento de usuários em sistema GRP-Pólis (sistema informatizado de Gestão Administrativa Pública Integrada adquirido pelo Tribunal).

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO
Aperfeiçoamento da Gestão de Custos

INICIATIVA ESTRATÉGICA
Gestão compartilhada da aquisição de bens e serviços

RESPONSÁVEIS
**Francisco de Oliveira Campos Filho,
Servidor - (Macro)**
**Francisco de Oliveira Campos Filho,
Servidor - (Ação)**

AÇÃO

9.2.1

**INSTITUIR REDE DE GOVERNANÇA NA ÁREA DE
CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS**

DESCRIÇÃO

Desenvolver ações conjuntas com instituições parceiras voltadas ao aprimoramento da gestão de compras e contratações de serviços do Poder Judiciário do Estado do Pará, na busca da eficiência e eficácia no uso dos recursos públicos.

ETAPAS

9.2.1.1 Tratativas com tribunais para formalização de parcerias;

9.2.1.2 Criação de Fórum permanente.

EXECUÇÃO

Foi celebrado acordo de Cooperação Técnica nº 033/2017, entre o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, o Tribunal Regional Eleitoral, o Tribunal Regional do Trabalho da 8ª região e o Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO: INSTITUIÇÃO DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

A instituição da governança judiciária está com percentual de execução de **87%**, e vem sendo executada através de 8 iniciativas estratégicas.

Ações

- I. Aprimorar o desenvolvimento organizacional da Coordenadoria Geral de Arrecadação – CGA;
- II. Aprimorar os sistemas de arrecadação das receitas próprias judiciais do Tribunal de Justiça do Estado do Pará;
- III. Aprimorar os processos de trabalho na arrecadação das receitas próprias judiciais do Tribunal de Justiça do Estado do Pará;
- IV. Aprimorar os sistemas de arrecadação das receitas próprias extrajudiciais do Tribunal de Justiça do Estado do Pará;
- V. Aprimorar os processos de trabalho na arrecadação das receitas próprias extrajudiciais do Tribunal de Justiça do Estado do Pará;
- VI. Promover adaptação e melhorias nos sistemas de depósitos judiciais;
- VII. Efetuar a gestão sobre todas as fontes de financiamento do Poder Judiciário;
- VIII. Elaborar projeto piloto de unidade administrativa sustentável;
- IX. Elaborar planos de ação para modernização das unidades judiciárias;
- X. Implantar o Projeto Gestão Participativa;
- XI. Disseminar a importância dos mecanismos de controle em nível de gestão operacional;
- XII. Implementar projeto “Manualize Legal”;
- XIII. Aperfeiçoar a área de buscas das normas internas do TJPA em seu portal externo e interno
- XIV. Implementar a gestão documental em Belém e nas Regiões Judiciárias de Ananindeua, Castanhal e Santarém;
- XV. Implementar projeto de registro da memória do Poder Judiciário;
- XVI. Implementar projeto de compartilhamento e gerenciamento de arquivos;
- XVII. Implantar Projeto Audioguia para visitantes do Edifício Sede;
- XVIII. Estruturar sistema de comunicação interna;
- XIX. Ampliar plataformas de comunicação externa;
- XX. Institucionalizar o projeto “Reciclar Direito”;
- XXI. Promover campanhas de sensibilização do PLS;
- XXII. Implantar Núcleo de Apoio Técnico do Poder Judiciário (NAT-JUS);
- XXIII. Transformar o Comitê Interinstitucional de Resolução Administrativa de Demandas de Saúde (CIRADS) em Comitê Estadual de Saúde.

MACRODESAFIO
Instituição da Governança Judiciária

INICIATIVA ESTRATÉGICA
Aperfeiçoamento da Gestão dos
Recursos Financeiros

RESPONSÁVEIS
Sueli Lima Ramos Azevedo, Servidora -
(Macro)
Maria de Nazaré Rendeiro Saleme,
Servidora - (Ação)

AÇÃO

10.1.1

APRIMORAR O DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL DA COORDENADORIA GERAL DE ARRECADÇÃO - CGA

DESCRIÇÃO

Realizar mudanças estruturais e comportamentais na CGA, planejando alterações na forma de funcionamento, com o estabelecimento de novos padrões de procedimentos e processos de arrecadação das receitas sobre a sua responsabilidade.

ETAPAS

10.1.1.1 Construção do diagnóstico da situação atual da CGA, com ênfase na identificação dos nós críticos;
10.1.1.2 Revisão e alinhamento de fluxos de processos e procedimentos.

EXECUÇÃO

O trabalho foi iniciado pela construção do diagnóstico da coordenadoria, tendo em vista sua estrutura organizacional que comporta três segmentos: a Coordenação, a Divisão de Acompanhamento e Controle da Arrecadação dos Serviços Judiciais (DIAJU) e a Divisão de Acompanhamento e Controle da Arrecadação dos Serviços Extrajudiciais (DIAEX).

A metodologia utilizada foi a de oficinas de desenvolvimento organizacional, seguindo as fases clássicas do processo: elaboração da missão, visão e valores para a Coordenadoria com a participação geral de seus integrantes e, adaptadas, respectivamente, à Coordenação, DIAJU e DIAEX; construção do diagnóstico de cada um dos segmentos acima, a partir da identificação e desenho de seus processos de trabalho, sendo que, no caso da DIAEX, foi elaborada uma ferramenta de diagnóstico denominada de FOFA, em forma de matriz, que permite evidenciar, no desempenho da unidade, pontos positivos e aspectos que precisam evoluir, sem, no entanto prender a análise à estrutura organizacional hoje vigente.

O diagnóstico elaborado e os processos de trabalho identificados e dissecados em detalhes permitiram apontar, também em encontros no estilo oficina, propostas de melhorias nas principais atividades da CGA. Tais propostas foram devidamente tratadas e tabuladas por categorias, unidades e processos de trabalho, tendo retornado ao grupo em duas oportunidades para ajustes e validação, tendo sido a etapa concluída no dia 18/12/2018.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO
Instituição da Governança Judiciária

INICIATIVA ESTRATÉGICA
Aperfeiçoamento da Gestão dos Recursos Financeiros

RESPONSÁVEIS
Sueli Lima Ramos Azevedo, Servidora - (Macro)
Marilene da Cunha Farias Gomes, Servidora - (Ação)

AÇÃO

10.1.2

APRIMORAR OS SISTEMAS DE ARRECAÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS JUDICIAIS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

DESCRIÇÃO

Trabalhar na evolução dos sistemas de arrecadação e fiscalização das receitas judiciais próprias do Tribunal de Justiça, com vistas a sua maior eficiência e efetividade.

ETAPAS

- 10.1.2.1 Habilitação do cálculo e emissão de custas de desarquivamento - Módulo de Arrecadação Externo;
- 10.1.2.2 Complementação de atos fixos obrigatórios nas custas iniciais - Módulo de Arrecadação interno;
- 10.1.2.3 Aperfeiçoamento da finalização de processos com vistas a contemplar o cálculo de custas rateadas;
- 10.1.2.4 Implantação da emissão de relatório de arrecadação de custas processuais por intervalo de valor de causa - Módulo de Arrecadação interno;
- 10.1.2.5 Reimpressão de relatório de conta do processo e boleto bancário pelo número do processo - Módulo de Arrecadação Externo;
- 10.1.2.6 Criação de ferramenta que possibilite à DIAJU alterar data de vencimento de boleto - Módulo de Arrecadação interno;
- 10.1.2.7 Implementação do campo, em área específica, para os diretores de secretaria e secretários de câmara cadastrarem as certidões de inscrição em dívida ativa do Estado - Módulo de Arrecadação Interno;
- 10.1.2.8 Criação da Reconvenção como tipo de custa - Módulo de Arrecadação Externo;
- 10.1.2.9 Inclusão de data da emissão da Certidão de Dívida Ativa - Sistema LIBRA;
- 10.1.2.10 Possibilitar o cálculo de Agravo de Instrumento no portal interno nos mesmos moldes do portal externo - Módulo de Arrecadação interno;
- 10.1.2.11 Limitação do acesso ao link de Depositários Públicos apenas a usuários previamente autorizados - Módulo de Arrecadação Externo;
- 10.1.2.12 Criação de perfil para inserção das certidões emitidas pelos servidores das Unidades de Arrecadação - Sistema LIBRA;
- 10.1.2.13 Possibilitar o cálculo das custas de Juizado nos mesmos moldes do cálculo das custas finais dos processos da justiça comum - Módulo de Arrecadação interno;
- 10.1.2.14 Inserção de aviso no campo de custas iniciais para alertar sobre a emissão das custas de Embargos (Execução.Devedor.de Terceiro) - Módulo de Arrecadação Externo;
- 10.1.2.15 Informar, na opção de consulta de custas, os atos referentes às custas emitidas - Sistema Libra;
- 10.1.2.16 Criação de perfil de Unidade Regional de Arrecadação - Módulo de Arrecadação Interno;

- 10.1.2.17 Criar funcionalidade para consultar processos usando como filtro o período de distribuição - Sistema Libra;
- 10.1.2.18 Criação de ferramenta de gerenciamento de custas parceladas - Módulo de Arrecadação interno;
- 10.1.2.19 Implementação da crítica no arquivo de boletos pagos no Banpará - Módulo de Arrecadação interno;
- 10.1.2.20 Correção das máscaras de processo.documento.boleto para que funcionem uniformemente no Internet Explorer, Chrome e Firefox - Módulo de Arrecadação interno;
- 10.1.2.21 Possibilitar a quitação das custas de boletos pagos a maior no momento da efetivação da carga do Banpará - Módulo de Arrecadação interno;
- 10.1.2.22 Permissão para o cancelamento de custas pelo usuário emitente - Módulo de Arrecadação interno;
- 10.1.2.23 Otimização do campo de cálculo de redução em percentual das custas processuais -Módulo de Arrecadação interno;
- 10.1.2.24 Criação de relatório de processos com opções de gratuidade selecionadas na Distribuição - Módulo de Arrecadação interno;
- 10.1.2.25 Implementação da emissão de Relatórios de Dívida Ativa por Comarca - Módulo de Arrecadação interno;
- 10.1.2.26 Otimização da tela de Relatório de Custas Iniciais Abertas - Módulo de Arrecadação interno;
- 10.1.2.27 Criação de relatório das alterações de comarcas efetuadas pela DIAJU - Módulo de Arrecadação interno;
- 10.1.2.28 Criação de relatórios de custas restituídas - Módulo de Arrecadação interno;
- 10.1.2.29 Integração do Sistema de Arrecadação ao PJE.

EXECUÇÃO

A ação de aprimoramento dos sistemas de arrecadação das receitas próprias, que possui 29 etapas das quais 25 já foram concluídas. As etapas tratam de novas funcionalidades que estão sendo incluídas nos sistemas, como a criação de relatórios, habilitação do cálculo e emissão de custas de desarquivamento, criação da reconvenção como tipo de custa entre outras.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO
Instituição da Governança Judiciária

INICIATIVA ESTRATÉGICA
Aperfeiçoamento da Gestão dos
Recursos Financeiros

RESPONSÁVEIS
Sueli Lima Ramos Azevedo, Servidora -
(Macro)
Marilene da Cunha Farias Gomes,
Servidora - (Ação)

AÇÃO

10.1.3

**APRIMORAR OS PROCESSOS DE TRABALHO NA
ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS JUDICIAIS
DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ.**

DESCRIÇÃO

Trabalhar no aprimoramento dos processos de trabalho e na capacitação dos envolvidos na arrecadação e fiscalização das Receitas Próprias Judiciais do Tribunal de Justiça.

ETAPAS

- 10.1.3.1 Implantação de nova metodologia de fiscalização judicial virtual;
- 10.1.3.2 Elaboração de normativo para regulamentar o parcelamento de custas processuais;
- 10.1.3.3 Elaboração de estudo para readequação da Tabela de Custas Judiciais com nova estratificação de valores de causa;
- 10.1.3.4 Capacitação de magistrados e servidores sobre a arrecadação das receitas judiciais.

EXECUÇÃO

O aprimoramento dos processos de trabalho na arrecadação das receitas próprias judiciais do Tribunal de Justiça do Estado do Pará foi concluído tendo sido elaborada a nova metodologia de trabalho, normativo que regulamenta o parcelamento de custas processuais e elaborado estudo para readequação da Tabela de Custas Judiciais e foram realizadas 5 capacitações de magistrados e servidores sobre arrecadação de receitas judiciais.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO
Instituição da Governança Judiciária

INICIATIVA ESTRATÉGICA
Aperfeiçoamento da Gestão dos Recursos Financeiros

RESPONSÁVEIS
Sueli Lima Ramos Azevedo, Servidora - (Macro)
Marilene da Cunha Farias Gomes, Servidora - (Ação)

AÇÃO

10.1.4

APRIMORAR OS SISTEMAS DE ARRECAÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS EXTRAJUDICIAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

DESCRIÇÃO

Trabalhar na evolução dos sistemas de arrecadação e fiscalização das Receitas Próprias Extrajudiciais do Tribunal de Justiça, com vistas a sua maior eficiência e efetividade.

ETAPAS

- 10.1.4.1 Implementação do recebimento de arquivo de título CDA com múltiplos devedores - Módulo Protesto;
- 10.1.4.2 Criação de novas colunas na tabela de boletos que identifiquem a situação dos boletos e o vencimento do boletos em parcelamento - Módulo FRJ;
- 10.1.4.3 Implementação de critérios de distribuição na devolução de títulos CDA, de modo a não interferir na compensação - Módulo Protesto;
- 10.1.4.4 Implementação de controle de títulos distribuídos e da taxa de distribuição - Módulo Protesto;
- 10.1.4.5 Implementação de controle de CDA por apresentante e por cartório e relatório das devoluções de protesto - Módulo Protesto;
- 10.1.4.6 Criação da retificação de balanço CNJ - Módulo Balanço CNJ;
- 10.1.4.7 Anexação de comprovantes via site do Tribunal, por tipo de despesa - módulo Balanço CNJ;
- 10.1.4.8 Adequação da estrutura do sistema para o recebimento da prestação de contas sem recolhimento das taxas e posteriormente permissão para o devido recolhimento - Módulo Protesto;
- 10.1.4.9 Desenvolvimento de módulo para registro de inconsistências encontradas nas fiscalizações, por período e fiscal - Módulo FRJ;
- 10.1.4.10 Desenvolvimento de módulo de parcelamento de débitos das taxas devidas pelas serventias extrajudiciais - Módulo FRJ;
- 10.1.4.11 Implementação do recebimento de lotes complementares sem selo - Módulo FRJ;
- 10.1.4.12 Aperfeiçoamento do controle de inadimplência com a emissão de relatórios pelo sistema - Módulo FRJ;
- 10.1.4.13 Disponibilização do relatório de crítica dos atos declarados nas prestações de contas dos cartórios por período - Módulo FRJ;
- 10.1.4.14 Geração, via sistema, de boleto atualizado com multas e juros - Módulo FRJ;
- 10.1.4.15 Implementação de boletos registrados - Módulo FRJ;
- 10.1.4.16 Implementação de controle de boletos parcelados no SIAE - módulo FRJ;
- 10.1.4.17 Adequação do sistema para novo provimento de selos - Módulo FRJ.

EXECUÇÃO

O Aprimoramento dos sistemas de arrecadação das receitas próprias extrajudiciais do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, possui 17 etapas das quais 7 foram concluídas como: Implementação do recebimento de arquivo de título CDA com múltiplos devedores, criação de novas colunas na tabela de boletos, implementação de controle de títulos distribuídos e da taxa de distribuição e implementação de controle de boletos parcelados no SIAE.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO
Instituição da Governança Judiciária

INICIATIVA ESTRATÉGICA
Aperfeiçoamento da Gestão dos Recursos Financeiros

RESPONSÁVEIS
Sueli Lima Ramos Azevedo, Servidora - (Macro)
Marilene da Cunha Farias Gomes, Servidora - (Ação)

AÇÃO

10.1.5

APRIMORAR OS PROCESSOS DE TRABALHO NA ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS EXTRAJUDICIAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

DESCRIÇÃO

Trabalhar no aprimoramento dos processos de trabalho e na capacitação dos envolvidos na arrecadação e fiscalização das receitas próprias extrajudiciais do Tribunal de Justiça.

ETAPAS

- 10.1.5.1 Estudo para avaliação de implantação de novo sistema de arrecadação extrajudicial;
- 10.1.5.2 Estudo para avaliação de implantação do selo digital;
- 10.1.5.3 Elaboração de minuta de Resolução definindo competências da Presidência e das Corregedorias com relação à arrecadação do FRJ;
- 10.1.5.4 Implantação do selo digital;
- 10.1.5.5 Elaboração de Manual de prestação de contas das receitas e despesas pelos responsáveis interinos.

EXECUÇÃO

Paralelamente ao aprimoramento do sistema extrajudicial vem sendo trabalhado o aprimoramento dos processos de trabalho na arrecadação das receitas extrajudiciais, onde foi elaborado estudo para implantação de novo sistema e estudo para implantação de selo digital, as etapas da elaboração da minuta de resolução e implantação de nova metodologia de fiscalização extrajudicial virtual.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO
Instituição da Governança Judiciária

INICIATIVA ESTRATÉGICA
Aperfeiçoamento da Gestão dos
Recursos Financeiros

RESPONSÁVEIS
Sueli Lima Ramos Azevedo, Servidora -
(Macro)
Cleomarina Carneiro de Moura,
Servidora - (Ação)

AÇÃO

10.1.6

PROMOVER ADAPTAÇÃO E MELHORIAS NOS
SISTEMAS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS

DESCRIÇÃO

Trabalhar na adaptação e melhoria do sistema de gestão dos Depósitos Judiciais, com vistas à sua adequação à legislação vigente que permitiu a utilização pelos executivos estadual e municipal de parcela desses recursos, bem como dar maior efetividade no recolhimento dos vários tipos de recursos que compõem o sistema.

ETAPAS

- 10.1.6.1 Desenvolvimento da Guias de Fianças Online;
- 10.1.6.2 Repasse dos Depósitos Judiciais ao Executivo Estadual com Recomposição do Fundo de Reserva (Lei Estadual 8.312.2015);
- 10.1.6.3 Repasse dos Depósitos Judiciais ao Executivo Municipal com Recomposição do Fundo de Reserva;
- 10.1.6.4 Precatório Regime Especial - Guia de Depósito Mensal.

EXECUÇÃO

Já foi desenvolvido e implantado um módulo de repasse no sistema de gestão de depósitos judiciais adaptado a legislação que permitiu a utilização desses recursos pelo executivo Estadual e Municipal, além do desenvolvimento e implantação de Guias Fiança Online para atender solicitação da Polícia Civil e de Recolhimento de Depósitos de Precatórios *On line*.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO
Instituição da Governança Judiciária

INICIATIVA ESTRATÉGICA
Aperfeiçoamento da Gestão dos Recursos Financeiros

RESPONSÁVEIS
Sueli Lima Ramos Azevedo, Servidora - (Macro)
Cleomarina Carneiro de Moura, Servidora - (Ação)

AÇÃO

10.1.7

EFETUAR A GESTÃO SOBRE TODAS AS FONTES DE FINANCIAMENTO DO PODER JUDICIÁRIO

DESCRIÇÃO

Acompanhamento permanente da realização da Receita Líquida Resultante de Impostos e das receitas do Fundo de Reparcelamento do Judiciário, por meio da estimativa, reestimativa e verificação da sua realização, com vistas ao estabelecimento de nível de segurança para o limite das despesas do TJPA.

ETAPAS

- 10.1.7.1 Previsão e acompanhamento da Receita Líquida Resultante de Impostos para a definição da cota parte do poder judiciário na Lei das Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual;
- 10.1.7.2 Previsão e acompanhamento das receitas que compõem o Fundo de Reparcelamento do Judiciário;
- 10.1.7.3 Capacitação de servidores da SEPLAN em Acompanhamento das Receitas do Poder Judiciário;
- 10.1.7.4 Elaboração de manual de Procedimentos de Acompanhamento das Receitas do Poder Judiciário.

EXECUÇÃO

Está sendo efetuado o acompanhamento da receita líquida resultante de impostos e das receitas que compõem o Fundo de Reparcelamento. Porém está em atraso desde março a etapa que trata da inclusão e capacitação de servidores da SEPLAN em cálculo da estimativa e técnicas de acompanhamento de receita e a elaboração de manual abordando os conceitos, a forma de cálculo de sua estimativa bem como o acompanhamento das receitas públicas que compõem os recursos do TJPA que deveria ter iniciado em abril.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO
Instituição da Governança Judiciária

INICIATIVA ESTRATÉGICA
Modernização da infraestrutura do Poder Judiciário

RESPONSÁVEIS
Sueli Lima Ramos Azevedo, Servidora - (Macro)
Claudia Sadeck Burlamaqui, Servidora - (Ação)

AÇÃO

10.2.1

ELABORAR PROJETO PILOTO DE UNIDADE ADMINISTRATIVA SUSTENTÁVEL

DESCRIÇÃO

Eleger um edifício existente e elaborar projeto de reforma sustentável, com objetivo de validar o investimento e posteriormente replicar as melhores práticas nas unidades do interior do Estado.

ETAPAS

- 10.2.1.1 Definição do edifício;
- 10.2.1.2 Estudo de viabilidade técnica;
- 10.2.1.3 Contratação de projetos executivos de arquitetura e complementares;
- 10.2.1.4 Elaboração do projeto sustentável;
- 10.2.1.5 Elaboração do termo de referência;
- 10.2.1.6 Realização de licitação;
- 10.2.1.7 Emissão da ordem de serviço para início da obra de reforma.

EXECUÇÃO

Após análise dos imóveis de propriedade deste TJPA, optou-se pelo desenvolvimento do projeto na edificação onde atualmente funciona o almoxarifado no bairro da cidade velha. Esta opção se deu pelo benefício duplo da sustentabilidade ambiental e a salvaguarda do patrimônio histórico de nossa cidade.

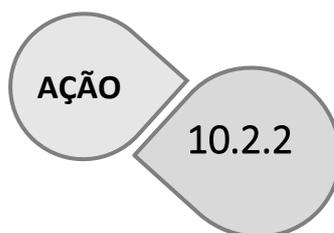
SITUAÇÃO



MACRODESAFIO
Instituição da Governança Judiciária

INICIATIVA ESTRATÉGICA
Modernização da infraestrutura do Poder Judiciário

RESPONSÁVEIS
Sueli Lima Ramos Azevedo, Servidora - (Macro)
Claudia Sadeck Burlamaqui, Servidora - (Ação)



ELABORAR PLANOS DE AÇÃO PARA MODERNIZAÇÃO DAS UNIDADES JUDICIÁRIAS

DESCRIÇÃO

De acordo com o diagnóstico a ser elaborado (após levantamento de campo em todas as unidades judiciárias), priorizando as unidades mais precárias e/ou estratégicas, definir planos de ação integrados para melhoria da qualidade de vida nas unidades do Poder Judiciário (planos de adequação da acessibilidade, infraestrutura de dados, combate ao incêndio, abastecimento de água, energia elétrica e/ou reforma geral). Para viabilizar a ação será necessário integrar o banco de dados da Secretaria de Engenharia e Arquitetura (SEA) ao banco de dados do TJPA, aprimorar a interface do sistema em uso e garantir a segurança dos dados, de modo a otimizar as rotinas de trabalho da Secretaria. Está previsto o cálculo do IPO conforme alteração da Resolução nº 015.TJPA para definição de Plano de Obras. A partir deste levantamento, diagnóstico e integração será possível dar transparência às informações produzidas pela SEA.

ETAPAS

- 10.2.2.1 Definição da logística de levantamento;
- 10.2.2.2 Realização dos levantamentos;
- 10.2.2.3 Sistematização dos dados;
- 10.2.2.4 Elaboração do diagnóstico;
- 10.2.2.5 Elaboração do Plano de Manutenção do TJPA;
- 10.2.2.6 Validação do Plano de Manutenção Predial.

EXECUÇÃO

Foram feitos levantamentos em 100 comarcas do Interior, os dados foram sistematizados e foi elaborado um relatório. A equipe de ação verificou que seria mais produtivo a elaboração de um único Plano e de um diagnóstico, por isso converteu os 7 (sete) produtos em apenas um (que deverá ser atualizado a cada ano, pelo menos). O levantamento, a sistematização e a análise das informações coletadas possibilitou a organização e otimização dos serviços prestados pela Divisão de Manutenção.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO
Instituição da Governança Judiciária

INICIATIVA ESTRATÉGICA
Gestão do Planejamento Estratégico

RESPONSÁVEIS
Sueli Lima Ramos Azevedo, Servidora - (Macro)
Karla Loren Lopes Gonçalves, Servidora - (Ação)

AÇÃO

10.3.2

IMPLANTAR O PROJETO GESTÃO PARTICIPATIVA

DESCRIÇÃO

Aproximar o corpo diretivo do Poder Judiciário Estadual das comarcas e varas da capital e do interior, por meio do estreitamento institucional com as Secretarias Administrativas e a Judicial, em reuniões periódicas presenciais ou virtuais, tendo por objetivo a promoção do intercâmbio de informações e de propostas voltadas a melhorar a integração de magistrados e servidores com a administração, bem como implantar projetos de modernização do judiciário paraense.

ETAPAS

- 10.3.2.1 Elaboração de agenda de visitas das equipes técnicas;
- 10.3.2.2 Elaboração do roteiro da visita;
- 10.3.2.3 Visitas da equipe técnica designada;
- 10.3.2.4 Acompanhamento das deliberações resultantes das visitas.

EXECUÇÃO

Foram realizadas Visitas Institucionais da Presidência com o envolvimento de cerca de 540 pessoas entre magistrados e servidores, em Belém (Fórum Cível e Criminal), Castanhal, Santarém, Paragominas e Marabá. Nos eventos aconteceram oficinas de planejamento com Juízes e diretores de secretarias. Ressalta-se ainda a ocorrência de rodas de conversa com o Desembargador Presidente e com os Magistrados.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO
Instituição da Governança Judiciária

INICIATIVA ESTRATÉGICA
Fortalecimento do sistema de controles
internos do TJPA

RESPONSÁVEIS
Sueli Lima Ramos Azevedo, Servidora -
(Macro)
Débora Moraes Gomes, Servidora -
(Ação)

AÇÃO

10.4.1

DISSEMINAR A IMPORTÂNCIA DOS MECANISMOS DE
CONTROLE EM NÍVEL DE GESTÃO OPERACIONAL

DESCRIÇÃO

Fortalecimento da governança, no sentido de mitigar riscos na instituição.

ETAPAS

- 10.4.1.1 Elaboração de Plano de Trabalho;
- 10.4.1.2 Levantamento de propostas de mercado;
- 10.4.1.3 Definição da melhor proposta;
- 10.4.1.4 Contratação da proposta;
- 10.4.1.5 Realização de capacitação em Gestão de Risco;
- 10.4.1.6 Elaboração da Política de Gestão de Riscos.

EXECUÇÃO

Foram realizados durante o biênio 6 *workshops* sobre gestão de riscos com os seguintes temas: Governança e Gestão de Riscos em Órgãos Públicos, Contexto e Identificação dos Riscos e Análise, Avaliação dos Riscos, Tratamento e Monitoramento de Riscos, Gestão de Risco e Comunicação e Elaboração da Política de Gestão de Riscos.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO
Instituição da Governança Judiciária

INICIATIVA ESTRATÉGICA
Fortalecimento do sistema de controles internos do TJPA

RESPONSÁVEIS
Sueli Lima Ramos Azevedo, Servidora - (Macro)
Débora Moraes Gomes, Servidora - (Ação)

AÇÃO

10.4.2

IMPLEMENTAR PROJETO MANUALIZE LEGAL

DESCRIÇÃO

Aperfeiçoar a prática da manualização de procedimentos internos, no sentido de padronizar as rotinas de trabalho no TJPA.

ETAPAS

- 10.4.2.1 Definição dos processos a serem mapeados;
- 10.4.2.2 Formatação para treinamentos de modelagem de processos no TJPA - Bizage;
- 10.4.2.3 Realização de treinamentos de modelagem de processos no TJPA - Bizage;
- 10.4.2.4 Realização do mapeamento dos processos da SGP;
- 10.4.2.5 Realização do mapeamento dos processos da SECINFO;
- 10.4.2.6 Realização do mapeamento dos processos da SEPLAN;
- 10.4.2.7 Realização do mapeamento dos processos da SEA;
- 10.4.2.8 Realização do mapeamento dos processos da SCI;
- 10.4.2.9 Realização do mapeamento dos processos da SEAD;
- 10.4.2.10 Homologação dos manuais pela equipe de validação;
- 10.4.2.11 Aprovação dos manuais pela Presidência.

EXECUÇÃO

Foram mapeados processos na Secretaria de Gestão de Pessoas (convocação de novos servidores e magistrados e processo admissional), Secretaria de Planejamento (suprimento de fundos e diárias), Secretaria de Engenharia e Arquitetura (pagamento de medição e renovação de continuidade de prestação de serviços). Secretaria de Controle Interno (pecúlio judiciário pela aposentadoria e pelo falecimento e manual de acompanhamento de receita). A Secretaria de Informática (processo de gestão de projetos de TI, aferição e upgrade de circuitos de dados, gestão de contratos, padronização da estrutura de trabalho de varas e secretarias judiciais, processo de planejamento estratégico e tático operacional e planejamento orçamentário). Secretaria de Administração (aquisição de bens por licitação; contratação de serviços por licitação). Foram elaborados 15 (quinze) manuais de procedimentos administrativos, para institucionalização, mitigação de riscos e gestão mais eficiente, gerando o fortalecimento da Governança.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO
Instituição da Governança Judiciária

INICIATIVA ESTRATÉGICA
Otimização da gestão da informação

RESPONSÁVEIS
Sueli Lima Ramos Azevedo, Servidora - (Macro)
David da Cruz Gomes, Servidor - (Ação)

AÇÃO

10.5.1

APERFEIÇOAR A ÁREA DE BUSCAS DAS NORMAS INTERNAS DO TJPA EM SEU PORTAL EXTERNO E INTERNO

DESCRIÇÃO

Catalogar e sistematizar as normas internas das áreas fim e meio do Tribunal, facilitando a sua localização, com vista ao aumento de produtividade da prestação jurisdicional.

ETAPAS

- 10.5.1.1 Levantamento dos normativos existentes;
- 10.5.1.2 Construção de ferramenta de indexação;
- 10.5.1.3 Organização dos normativos existentes;
- 10.5.1.4 Disponibilização do sistema de buscas;
- 10.5.1.5 Padronização de fluxo de trabalho;
- 10.5.1.6 Divulgação da área de buscas das normas internas do TJPA.

EXECUÇÃO

Foi realizado o levantamento dos normativos existentes, bem como a construção de ferramenta de indexação. A disponibilização do sistema de busca foi finalizada, bem como a padronização dos fluxos. Foi publicada a Portaria Conjunta nº 01/GP/VP/CJRMB/CJCI, em 31/10/2018, que regulamentou a organização e divulgação dos atos normativos expedidos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará. O link para acesso a ferramenta foi disponibilizado nos portais interno e externo do TJPA e notícia divulgando a ferramenta publicada nos portais entre os dias 07 e 11.01.2019.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO
Instituição da Governança Judiciária

INICIATIVA ESTRATÉGICA
Otimização da gestão da informação

RESPONSÁVEIS
Sueli Lima Ramos Azevedo, Servidora -
(Macro)
Leiliane Sodré Rabelo, Servidora -
(Ação)

AÇÃO

10.5.2

**IMPLEMENTAR A GESTÃO DOCUMENTAL EM BELÉM
E NAS REGIÕES JUDICIÁRIAS DE ANANINDEUA,
CASTANHAL E SANTARÉM**

DESCRIÇÃO

Garantir o tratamento do acervo processual arquivado, de acordo com a tabela de temporalidade, a fim de otimizar os recursos do Tribunal e melhorar a utilização do espaço físico de seus Fóruns.

ETAPAS

- 10.5.2.1 Definição da Política documental;
- 10.5.2.2 Levantamento da situação dos arquivos nas comarcas;
- 10.5.2.3 Definição do cronograma de trabalho;
- 10.5.2.4 Definição de pessoal para desenvolver o projeto;
- 10.5.2.5 Estruturação do galpão do arquivo Regional I (Belém, Ananindeua e Castanhal);
- 10.5.2.6 Sensibilização de magistrados e servidores;
- 10.5.2.7 Treinamento em gestão documental;
- 10.5.2.8 Tratamento documental.

EXECUÇÃO

Foi definida a política documental, o levantamento da situação dos arquivos e definição do cronograma de trabalho. A estruturação do galpão do arquivo regional I e da região judiciária de Santarém já foram realizadas, assim como o treinamento em gestão e tratamento documental.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO
Instituição da Governança Judiciária

INICIATIVA ESTRATÉGICA
Otimização da gestão da informação

RESPONSÁVEIS
Sueli Lima Ramos Azevedo, Servidora - (Macro)
Pollyanna Pires, Servidora - (Ação)

AÇÃO

10.5.3

**IMPLEMENTAR PROJETO DE REGISTRO DA
MEMÓRIA DO PODER JUDICIÁRIO**

DESCRIÇÃO

Disponibilizar no site do TJPA, de forma organizada e didática, relação cronológica dos nomes de todos os desembargadores, informando quem foram seus antecessores e sucessores, bem como relação de todas as presidências com suas respectivas composições.

ETAPAS

- 10.5.3.1 Levantamento de dados;
- 10.5.3.2 Especificação para fins informatização;
- 10.5.3.3 Coleta de requisitos;
- 10.5.3.4 Desenvolvimento da página no portal externo e interno;
- 10.5.3.5 Divulgação das informações institucionais da memória.

EXECUÇÃO

Foi realizado o levantamento de dados e de requisitos, com a sequência de cadeiras dos desembargadores elaborada e a especificação para fins de informatização. O desenvolvimento da página no portal interno e externo foi executado e a divulgação das informações institucionais da memória foram publicadas no portal interno do TJPA em 16/01/2019.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO
Instituição da Governança Judiciária

INICIATIVA ESTRATÉGICA
Otimização da gestão da informação

RESPONSÁVEIS
Sueli Lima Ramos Azevedo, Servidora - (Macro)
Avani Leao de Araujo Rodrigues, Servidora - (Ação)

AÇÃO

10.5.4

IMPLEMENTAR PROJETO DE COMPARTILHAMENTO E GERENCIAMENTO DE ARQUIVOS

DESCRIÇÃO

Disponibilizar programa de compartilhamento e gerenciamento de arquivos em algumas unidades, a fim de auxiliar na gestão documental e no acesso célere às informações dos setores.

ETAPAS

- 10.5.4.1 Elaborar diagnóstico do sharepoint avaliando a viabilidade do sharepoint na rede e sistemas do TJPA;
- 10.5.4.2 Definição dos padrões do sharepoint para utilização na área fim e na área meio;
- 10.5.4.3 Apresentação da ferramenta sharepoint para dirigentes do TJPA;
- 10.5.4.4 Apresentação da ferramenta para técnicos da Central de Atendimento ao Usuário;
- 10.5.4.5 Capacitação de servidores com a disponibilização da ferramenta em duas unidades da área fim e da área meio, como projeto piloto;
- 10.5.4.6 Gravação de vídeos tutorias aos usuários.

EXECUÇÃO

Foi finalizada a ação do projeto de compartilhamento e gerenciamento de arquivos com capacitação de servidores com a disponibilização da ferramenta em 15 unidades da área fim e da área meio, como projeto piloto, bem como a gravação de vídeos tutoriais aos usuários.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO
Instituição da Governança Judiciária

INICIATIVA ESTRATÉGICA
Otimização da gestão da informação

RESPONSÁVEIS
**Sueli Lima Ramos Azevedo, Servidora -
(Macro)**
**Luana de Paula Alamar, Servidora -
(Ação)**

AÇÃO

10.5.5

**IMPLANTAR PROJETO AUDIOGUIA PARA VISITANTES
DO EDIFÍCIO SEDE**

DESCRIÇÃO

Disponibilizar informações históricas sobre o Judiciário Paraense utilizando a tecnologia QR Code em pontos específicos do edifício sede.

ETAPAS

- 10.5.5.1 - Levantamento de dados;
- 10.5.5.2 - Gravação dos áudios;
- 10.5.5.3 - Criação dos QR Codes;
- 10.5.5.4 - Contratação de empresa;
- 10.5.5.5 - Operacionalização do projeto audioguia;
- 10.5.5.6 - Divulgação do projeto.

EXECUÇÃO

O projeto de audioguia para visitas ao prédio sede do TJPA criou uma opção de acesso e divulgação da história do TJPA de maneira autônoma e interativa, visando divulgar, valorizar e estimular a preservação da memória do Judiciário Paraense. Facilitou a inclusão da sociedade nas atividades de cunho histórico oferecidas pelo Tribunal e estreitou as relações entre o TJPA e jurisdicionado.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO
Instituição da Governança Judiciária

INICIATIVA ESTRATÉGICA
**Aprimoramento da comunicação
interna e externa**

RESPONSÁVEIS
**Sueli Lima Ramos Azevedo, Servidora -
(Macro)**
**João Batista Vital de Castro, Servidor -
(Ação)**

AÇÃO

10.6.1

ESTRUTURAR SISTEMA DE COMUNICAÇÃO INTERNA.

DESCRIÇÃO

Criar um Plano Modelo de Comunicação Interna no sentido de definir, juntamente com a Coordenadoria de Imprensa, ações e produtos de comunicação adequados à divulgação dos produtos e serviços do setor modelo, no que diz respeito ao seu público interno, atenta a valorização do servidor. A ação configura-se como ferramenta relevante de gestão estratégica.

ETAPAS

- 10.6.1.1 Apresentação-palestra sobre:Comunicação Interna;
- 10.6.1.2 Reuniões setoriais de escuta com a Secretaria Modelo;
- 10.6.1.3 Realização de diagnóstico preliminar da secretaria modelo;
- 10.6.1.4 Apresentação de plano setorial da secretaria modelo;
- 10.6.1.5 Acompanhamento de plano setorial da secretaria modelo.

EXECUÇÃO

Foi elaborado um plano de comunicação interna no qual foram definidos meios e recursos (materiais e de pessoal) para a efetiva melhoria da comunicação interna e, conseqüentemente, da imagem do TJPA na ótica do servidor, além de melhoria do ambiente de trabalho e da comunicação intra-setores. Para tanto houve diagnóstico preliminar da Secretaria de Gestão de Pessoas, que resultou na elaboração do plano setorial modelo.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO
Instituição da Governança Judiciária

INICIATIVA ESTRATÉGICA
**Aprimoramento da comunicação
interna e externa**

RESPONSÁVEIS
**Sueli Lima Ramos Azevedo, Servidora -
(Macro)**
**João Batista Vital de Castro, Servidor -
(Ação)**

AÇÃO

10.6.2

**AMPLIAR PLATAFORMAS DE COMUNICAÇÃO
EXTERNA**

DESCRIÇÃO

Implementar novos mecanismos de comunicação externa, sobretudo os que aliem recursos audiovisuais às mídias sociais, para apoiar os canais de comunicação convencionais já utilizados, com a produção e publicação de vídeos institucionais de interesse do cidadão.

ETAPAS

- 10.6.2.1 Elaboração de projeto de vídeos digitais;
- 10.6.2.2 Desenvolvimento de vídeos on line nas mídias sociais;
- 10.6.2.3 Divulgação de vídeos on line nas mídias sociais.

EXECUÇÃO

A disseminação da comunicação interna e externa, vem sendo realizada através da divulgação de vídeos institucionais. Os vídeos produzidos pela Coordenadoria de Imprensa para divulgar os serviços, a história e a estrutura do Judiciário paraense estão sendo divulgados nas redes sociais (Instagram, YouTube, Facebook, Whatsapp e portal do TJPA). Além disso, os vídeos passaram a ser exibidos nos cerca de 200 monitores da empresa de mídia indoor TVER e nas emissoras de TV abertas, a exemplo dos vídeos sobre a Casa da Justiça e Cidadania e o Futebol com Justiça.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO
Instituição da Governança Judiciária

INICIATIVA ESTRATÉGICA
Fortalecimento de práticas sustentáveis

RESPONSÁVEIS
**Sueli Lima Ramos Azevedo, Servidora -
(Macro)**
**Evelise de Oliveira Rodrigues, Servidora
- (Ação)**

AÇÃO

10.7.1

INSTITUCIONALIZAR O PROJETO "RECICLAR DIREITO"

DESCRIÇÃO

Adotar medidas efetivas para a inclusão de critérios de responsabilidade socioambiental nas atividades do PJPA. Promover mudanças na cultura do Tribunal, com a adoção de atitudes que estimulem a reflexão e a mudança dos padrões de compra e consumo, conduzam ao uso otimizado dos recursos naturais, à gestão adequada dos resíduos gerados com a melhoria contínua dos processos de trabalho, à inclusão de critérios de sustentabilidade nas contratações e a qualidade de vida no ambiente de trabalho do corpo funcional.

ETAPAS

- 10.7.1.1 Elaboração da minuta do projeto Reciclar Direito;
- 10.7.1.2 Encaminhamento da minuta do projeto para Presidência;
- 10.7.1.3 Realização de ajustes após avaliação técnica do Projeto;
- 10.7.1.4 Encaminhamento pelo Departamento de Planejamento Gestão e Estatística da minuta de portaria para Presidência;
- 10.7.1.5 Publicação da portaria.

EXECUÇÃO

Por meio da portaria n.º 5326/2017-GP, foi publicado o "Projeto Reciclar Direito" e estão sendo realizadas campanhas de sensibilização sobre o Plano de Logística Sustentável em eventos realizados pelo TJPA como: ambientação de novos servidores, visitas institucionais e treinamentos de terceirizados.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO
Instituição da Governança Judiciária

INICIATIVA ESTRATÉGICA
Fortalecimento de práticas sustentáveis

RESPONSÁVEIS
Sueli Lima Ramos Azevedo, Servidora - (Macro)
Evelise de Oliveira Rodrigues, Servidora - (Ação)

AÇÃO

10.7.2

PROMOVER CAMPANHAS DE SENSIBILIZAÇÃO DO PLS

DESCRIÇÃO

Difundir o conteúdo do PLS no âmbito do PJPA com enfoque nas dimensões e nas práticas de sustentabilidade e racionalização de custos em busca da eficiência do gasto público.

ETAPAS

- 10.7.2.1 Atualização do Plano de Logística Sustentável - PLS;
- 10.7.2.2 Definição dos mecanismos de divulgação do PLS;
- 10.7.2.3 Elaboração do material da campanha de consumo consciente;
- 10.7.2.4 Lançamento das campanhas de sensibilização.

EXECUÇÃO

Foi realizada a divulgação da campanha de consumo consciente, por meio de matérias jornalísticas para o Portal do TJPA, nos sites Interno e Externo, banneres, vídeo e materiais informativos digitais e impressos.

Com o objetivo de difundir o conteúdo do PLS no âmbito do PJPA com enfoque nas dimensões e nas práticas de sustentabilidade e racionalização de custos em busca da eficiência do gasto público. As ações de sensibilização do PLS-PJPA resultaram no fortalecimento das boas práticas institucionais acerca da racionalização de custo e de uma maior eficiência na prestação jurisdicional. Resultaram, ainda, na consolidação da imagem deste Poder Judiciário como implementador de políticas públicas socioambientais que garantem a manutenção e a perpetuação das espécies na terra, ratificando o valor institucional de responsabilidade socioambiental que norteia todas as ações do Tribunal de Justiça do Pará.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO
Instituição da Governança Judiciária

INICIATIVA ESTRATÉGICA
**Fortalecimento das relações
interinstitucionais**

RESPONSÁVEIS
**Sueli Lima Ramos Azevedo, Servidora -
(Macro)**
**Homero Lamarao Neto, Juiz de Direito -
(Ação)**

AÇÃO

10.8.1

**IMPLANTAR NÚCLEO DE APOIO TÉCNICO DO PODER
JUDICIÁRIO (NAT-JUS)**

DESCRIÇÃO

O NAT-Jus é constituído de profissionais de saúde para elaboração de pareceres acerca da medicina baseada em evidências. Objetiva subsidiar magistrados e proporcionar maior eficiência na solução de demandas judiciais envolvendo a assistência à saúde.

ETAPAS

- 10.8.1.1 Formação de grupo de trabalho;
- 10.8.1.2 Realização de estudo para definição de diretrizes de funcionamento do NAT-jus;
- 10.8.1.3 Elaboração do ato normativo referente ao NAT-jus.

EXECUÇÃO

O NAT-Jus é constituído de profissionais de saúde para elaboração de pareceres acerca da medicina baseada em evidências, com o objetivo de subsidiar magistrados e proporcionar maior eficiência na solução de demandas judiciais envolvendo a assistência à saúde.
Implantado o NAT-JUS por meio da Resolução 03/2018 do TJPA.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO
Instituição da Governança Judiciária

INICIATIVA ESTRATÉGICA
**Fortalecimento das relações
interinstitucionais**

RESPONSÁVEIS
**Sueli Lima Ramos Azevedo, Servidora -
(Macro)**
Homero Lamarao Neto - (Ação)

AÇÃO

10.8.2

**TRANSFORMAR O COMITÊ INTERINSTITUCIONAL DE
RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DE DEMANDAS DE
SAÚDE (CIRADS) EM COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE**

DESCRIÇÃO

Readequar as funções do Cirads para atender aos termos da Resolução nº 238.2016-CNJ, com o objetivo de dar plena atividade ao Comitê Estadual de Saúde.

ETAPAS

- 10.8.2.1 Reunião do comitê para diálogo sobre a coordenação do órgão, readequando-o aos ditames da resolução 238/2016-CNJ;
- 10.8.2.2 Estabelecer diálogo entre o comitê paraense e os demais, objetivando a criação de fórum permanente entre os comitês brasileiros;
- 10.8.2.3 Elaboração de proposta de revisão dos códigos de registros nas tabelas de classes para cadastro de ações de saúde;
- 10.8.2.4 Identificação do acervo processual paraense na judicialização de saúde;
- 10.8.2.5 Readequação da identificação do cirads no site do TJE, nos termos da resolução 238/2016-CNJ;
- 10.8.2.6 Interlocação entre o Cirads e os programas de pós-graduação em direito no Estado do Pará.

EXECUÇÃO

A ação que trata da transformação do comitê interestadual de resolução administrativa de demandas de saúde (Cirads) em Comitê Estadual de Saúde foi concluída, houve a identificação do acervo processual paraense na judicialização de saúde, a readequação da identificação do Cirads no site do TJE, nos termos da Resolução 238/2016-CNJ e interlocação entre o Cirads e os programas de pós-graduação em direito no Estado do Pará.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO: MELHORIA DA INFRAESTRUTURA E GOVERNANÇA DE TIC

Visa garantir confiabilidade, disponibilidade das informações e dos serviços e sistemas essenciais da justiça, está desmembrado em 11 ações e encontra-se com **64% de execução**, dentre elas podemos mencionar: implantação do datacenter, aperfeiçoamento do circuito de comunicação de dados, implantação do plenário virtual e fortalecimento da segurança da informação.

Ações

- I. Implantar datacenter seguro e redundância dos serviços de TIC;
- II. Aperfeiçoar os circuitos de comunicação de dados do Poder Judiciário Estadual;
- III. Implantar projeto-piloto de tecnologias de rede sem fio (wireless) e de virtualização de ambiente de trabalho;
- IV. Aprimorar a gestão e integração dos sistemas judiciais e administrativos do Poder Judiciário Estadual;
- V. Consolidar o uso de ferramentas de extração de informações para apoio na tomada de decisões;
- VI. Implantar o Plenário Virtual no âmbito das sessões de julgamento do Tribunal;
- VII. Fortalecer a segurança da informação;
- VIII. Atualizar os ambientes tecnológicos;
- IX. Implantar processo de gerência de configuração;
- X. Implantar Escritório de Projetos;
- XI. Expandir a metodologia de Gestão de Contratos.

MACRODESAFIO
Melhoria da Infraestrutura e governança de TIC

INICIATIVA ESTRATÉGICA
Modernização da Infraestrutura de TIC

RESPONSÁVEIS
Nilce Longhi Ramôa, Servidora - (Macro)
Mário José Tavares, Servidor - (Ação)

AÇÃO

11.1.1

IMPLANTAR DATACENTER SEGURO E REDUNDÂNCIA DOS SERVIÇOS DE TIC

DESCRIÇÃO

Construção de datacenter seguro de alta disponibilidade para abrigar sistemas de computador, componentes de telecomunicação e de armazenamento, com fontes de energia, backups e circuito de comunicação de dados redundantes, objetivando o aumento da segurança da informação e a disponibilidade dos serviços do PJPA.

ETAPAS

- 11.1.1.1 Licitação para execução do projeto do prédio Datacenter com sala segura;
- 11.1.1.2 Execução da obra de construção do projeto do prédio do datacenter com sala segura;
- 11.1.1.3 Elaboração do termo de referência para aquisição de mobiliário;
- 11.1.1.4 Instalação de mobiliário;
- 11.1.1.5 Capacitação de servidores de TIC;
- 11.1.1.6 Homologação do ambiente de datacenter;
- 11.1.1.7 Elaboração do termo de referência para contratação de empresa especializada em MOVING;
- 11.1.1.8 Adaptação da infraestrutura óptica da rede de acesso do novo Datacenter;
- 11.1.1.9 Migração do Datacenter da Cidade Velha para o novo (MOVING).

EXECUÇÃO

Foi construído datacenter seguro de alta disponibilidade para abrigar sistemas de computador, componentes de telecomunicação e de armazenamento, com fontes de energia, backups e circuito de comunicação de dados redundantes, objetivando o aumento da segurança da informação e a disponibilidade dos serviços do PJPA.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO

Melhoria da Infraestrutura e governança de TIC

INICIATIVA ESTRATÉGICA

Modernização da Infraestrutura de TIC

RESPONSÁVEIS

Nilce Longhi Ramôa, Servidora - (Macro)

Cláudio Luis da Silva Cabral, Servidor - (Ação)

AÇÃO

11.1.2

APERFEIÇOAR OS CIRCUITOS DE COMUNICAÇÃO DE DADOS DO PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL

DESCRIÇÃO

Remodelar a topologia de rede de comunicação de dados para concluir a implantação da rede de fibra óptica na RMB, expandir a rede de fibra óptica no interior, substituir os circuitos satélites por circuitos terrestres (fibra óptica, metálico ou enlace de rádio) atingindo a maior quantidade possível de unidades judiciárias, apenas nas unidades onde não exista viabilidade de circuito terrestre será utilizado circuito satélite, implantar novo circuito de internet, modernizar a infraestrutura de redes e serviços de comunicação de voz.

ETAPAS

- 11.1.2.1 Mapeamento de viabilidade técnica e capilaridade de fornecedores capazes de atender as unidades com novos circuitos terrestres, satélites e de Internet;
- 11.1.2.2 Definição técnica da nova topologia de rede baseada no mapeamento de viabilidade técnica;
- 11.1.2.3 Elaboração da documentação para contratação dos circuitos de dados;
- 11.1.2.4 Contratação dos novos circuitos de dados via meio terrestre, satélite e de internet;
- 11.1.2.5 Implantação dos novos circuitos de dados via meios terrestre;
- 11.1.2.6 Implantação dos novos circuitos via satélite;
- 11.1.2.7 Implantação do novo circuito de internet;
- 11.1.2.8 Implantação da rede de dados via fibra óptica nas unidades judiciárias de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Izabel e Castanhal;
- 11.1.2.9 Mapeamento de viabilidade técnica para expandir a rede de dados via fibra óptica nas unidades judiciárias do interior;
- 11.1.2.10 Expansão da rede de dados via fibra óptica no interior, conforme mapeamento de viabilidade técnica;
- 11.1.2.11 Elaboração de documentação para contratação do serviço de telefonia fixa;
- 11.1.2.12 Contratação do serviço de telefonia fixa;
- 11.1.2.13 Implantação do serviço de telefonia fixa;
- 11.1.2.14 Elaboração de documentação para contratação do serviço de telefonia móvel;
- 11.1.2.15 Contratação do serviço de telefonia móvel;
- 11.1.2.16 Implantação do serviço de telefonia móvel;
- 11.1.2.17 Implantação de alta disponibilidade de conectividade nas comarcas.

EXECUÇÃO

O mapeamento da viabilidade técnica de expansão dos circuitos indicou que a topologia definida foi em estrela, onde as unidades judiciárias se dividem em dois tipos de acesso (terrestre e satélite), através do protocolo IP MPLS. A definição possibilitou a contratação em dois lotes de serviços de fornecimento da Solução de Rede Privada de Dados, incluindo a implantação, configuração, gerenciamento pró-ativo, manutenção e suporte técnico para atendimento das unidades judiciárias no Estado do Pará, por meio dos instrumentos contratuais nº. 072 e 073/2018/TJPA. O aperfeiçoamento dos circuitos foi executado com a instalação de circuitos de fibra óptica em 29 unidades judiciárias, enquanto a possibilidade de expansão desses circuitos por meio da Prodepa foi avaliada como possível para 16 unidades judiciárias. Além disso, os circuitos também foram instalados em 10 unidades do interior. Quanto a melhoria na comunicação por telefonia fixa, foi firmado contrato com a Operadora OI por meio do Pregão Eletrônico n.º 037/2018. Os links de 2Mbps já estão ativos, restando a substituição dos equipamentos. Em relação à comunicação por telefonia móvel, também já foi contratada através do Pregão Eletrônico n.º 045/2018 e a substituição dos aparelhos móveis está em andamento.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO
Melhoria da Infraestrutura e governança de TIC

INICIATIVA ESTRATÉGICA
Modernização da Infraestrutura de TIC

RESPONSÁVEIS
Nilce Longhi Ramôa, Servidora - (Macro)
Cláudio Luis da Silva Cabral, Servidor - (Ação)

AÇÃO

11.1.3

IMPLANTAR PROJETO-PILOTO DE TECNOLOGIAS DE REDE SEM FIO (WIRELESS) E DE VIRTUALIZAÇÃO DE AMBIENTE DE TRABALHO

DESCRIÇÃO

Implantação de solução corporativa de acesso a rede wireless, que permita aos usuários internos e operadores do direito acesso seguro à internet, aos serviços disponíveis no Portal do TJPA e aos sistemas de processo eletrônico nas dependências do Poder Judiciário Estadual, bem como a implantação de solução de virtualização de desktop, propiciando serviços de TIC mais estáveis, com menor índice de problemas e intervenções de suporte técnico.

ETAPAS

- 11.1.3.1 Realização de Provas de Conceito (PoC - Proof of Concept) das soluções de rede sem fio;
- 11.1.3.2 Definição da solução de Virtualização de Estação de Trabalho;
- 11.1.3.3 Elaboração da documentação para adquirir solução de Virtualização de Estação de Trabalho.

EXECUÇÃO

Foi realizada a definição da solução de Virtualização de Estação de Trabalho, com a escolha da solução "VMWare Horizon". Também foi elaborada documentação para adquirir solução de Virtualização de Estação de Trabalho, porém sem possibilidade de avanço na matéria, em virtude da restrição financeira. Já a etapa que trata da realização de provas de conceito (PoC – Proof of Concept) das soluções de rede sem fio, foi executada com a produção do estudo de implantação que embasará a efetiva contratação dos serviços, de acordo com a disponibilidade orçamentária.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO

Melhoria da Infraestrutura e governança de TIC

INICIATIVA ESTRATÉGICA

Gestão dos sistemas de informação

RESPONSÁVEIS

Nilce Longhi Ramôa, Servidora - (Macro)

Igor Pinto Simões, Servidor - (Ação)

AÇÃO

11.2.1

APRIMORAR A GESTÃO E INTEGRAÇÃO DOS SISTEMAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS DO PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL

DESCRIÇÃO

Aperfeiçoamento, por meio de manutenções adaptativas e evolutivas, visando à simplificação e melhoria dos sistemas judiciais e administrativos, permitindo a integração entre si, bem com os demais órgãos do sistema de justiça e órgãos externos.

ETAPAS

- 11.2.1.1 Desenvolvimento do PJE Relatórios;
- 11.2.1.2 Integração TJ e Correios (e-carta);
- 11.2.1.3 Desenvolvimento de módulo de consulta para Advogados no LIBRA;
- 11.2.1.4 Desenvolvimento do Novo DJE;
- 11.2.1.5 Integração com os webservices de tribunais superiores;
- 11.2.1.6 Integração do LIBRA com a SUSIPE (InfoPEN);
- 11.2.1.7 Implementar o projeto consylius;
- 11.2.1.8 Elaborar normativo de boas práticas de desenvolvimento de sistemas;
- 11.2.1.9 Implantar boas práticas de desenvolvimento de sistemas;
- 11.2.1.10 Definição de atividades e responsabilidades das equipes da coordenação.

EXECUÇÃO

Foi realizado no PJE com o desenvolvimento do módulo PJE Relatórios e do módulo de consulta para Advogados no LIBRA. O Projeto Consylius foi criado e estabelece um serviço que consolida e padroniza as consultas de processos em tramitação, partes envolvidas e movimentações processuais, que subsidiam atividades dos sistemas PUSH (Consultas Processuais do Portal Externo, Projeto Mobile, Projeto de Integração SEFA/SEFIN e Projeto Calculadora de Alimentos). Em relação à gestão de sistemas de informação, também foram implantadas boas práticas de desenvolvimento, com a elaboração de Normativo sobre Segurança e Manutenção de Sistemas e reorganização das responsabilidades e equipes de atendimento dos softwares judiciais e administrativos usados no Tribunal. A integração dos sistemas foi executada entre PJE e e-carta da Empresa de Correios e Telégrafos e entre LIBRA e SUSIPE (InfoPEN).

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO
Melhoria da Infraestrutura e governança de TIC

INICIATIVA ESTRATÉGICA
Gestão dos sistemas de informação

RESPONSÁVEIS
Nilce Longhi Ramôa, Servidora - (Macro)
Marcus William dos Santos Lima, Servidor - (Ação)

AÇÃO

11.2.2

CONSOLIDAR O USO DE FERRAMENTAS DE EXTRAÇÃO DE INFORMAÇÕES PARA APOIO NA TOMADA DE DECISÕES

DESCRIÇÃO

Fortalecer a utilização da ferramenta de BI (Business Intelligence) no que diz respeito a construção de novas temas (DataMarts) e nova apresentações de dados.

ETAPAS

- 11.2.2.1 Migração do ambiente OBIEE para a versão 12;
- 11.2.2.2 Migração do ambiente ODI (Oracle Data Integrator) para a versão 12;
- 11.2.2.3 Integração do OBIEE com o AD (Active Directory).

EXECUÇÃO

Ainda está em andamento a consolidação do uso de ferramentas de extração de informações para apoio na tomada de decisões. A extração e consolidação de informações visa a intensificação do uso do Business Intelligence e consiste da migração para o software Oracle BI EE e Oracle Data Integrator para a versão 12, sendo que a primeira migração encontra-se com 70% de execução e ainda em fase de testes. A integração com o Active Directory ainda não foi iniciada.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO

Melhoria da Infraestrutura e governança de TIC

INICIATIVA ESTRATÉGICA

Gestão dos sistemas de informação

RESPONSÁVEIS

Nilce Longhi Ramôa, Servidora - (Macro)

Igor Pinto Simões, Servidor - (Ação)

AÇÃO

11.2.3

IMPLANTAR O PLENÁRIO VIRTUAL NO ÂMBITO DAS SESSÕES DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL

DESCRIÇÃO

Adaptação do Sistema LIBRA para sessões virtuais. Nestas sessões, os Desembargadores poderão visualizar o relatório e realizar a votação de maneira eletrônica.

ETAPAS

- 11.2.3.1 Coleta de requisitos;
- 11.2.3.2 Desenvolvimento do ferramenta de julgamento;
- 11.2.3.3 Treinamento e Implantação.

EXECUÇÃO

A implantação do plenário virtual no âmbito das sessões de julgamento do Tribunal consta como 100% executada. Foi realizada a coleta de requisitos, contendo a descrição, os atores, fluxos, regras de negócio e protótipos de telas com os processos em pauta e inclusão da justificativa de suspeição/impedimento; realizado o desenvolvimento da ferramenta de julgamento, com a construção de nova aplicação que permite o julgamento online de agravos de instrumentos, habeas corpus e admissibilidade de IRDR e IAC. O treinamento foi realizado para os desembargadores.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO

Melhoria da Infraestrutura e governança de TIC

INICIATIVA ESTRATÉGICA

Aprimoramento da segurança da informação

RESPONSÁVEIS

Nilce Longhi Ramôa, Servidora - (Macro)

Bruno Lopes de Souza Benchimol, Servidor - (Ação)

AÇÃO

11.3.1

FORTALECER A SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

DESCRIÇÃO

Ampliar, revisar e disseminar a Política de Segurança da Informação, visando a eficácia e eficiência da aplicação da política, com identificação e mitigação dos riscos de segurança que podem afetar os ambientes e os processos de trabalho, aumentando a capacidade de avaliação, tratamento e proteção da informação, atendendo aos princípios da confidencialidade, integridade, disponibilidade, autenticidade, legalidade e irretratabilidade, contemplados no uso dos recursos de TIC.

ETAPAS

- 11.3.1.1 Implantar o PDCA para a Política de Segurança da Informação;
- 11.3.1.2 Revisão da Política de Segurança da Informação;
- 11.3.1.3 Capacitação presencial sobre Segurança da Informação;
- 11.3.1.4 Revisão das permissões dos usuários dos bancos de dados;
- 11.3.1.5 Implantação de política de troca de senha periódica nos bancos de dados.

EXECUÇÃO

Entre os benefícios que as atividades desenvolvidas propiciaram ao processo avaliado destaca-se: a instituição de um processo bem definido, com sua respectiva notação padronizada; elucidação de pontos obscuros do processo, verificação do processo delineado, produzindo pontos de observação para análise e criação de oportunidade de possíveis melhoramentos quando de um novo ciclo PDCA e ganho de experiência gerencial da equipe de participantes, devido à experiência de realização do PDCA.

O processo de implantação de um PDCA se deu no contexto da atividade realizada pelo Serviço de Segurança e Sistemas Básicos de criação e entrega de servidores de aplicação no ambiente de virtualização do TJPA. A documentação foi realizada usando a notação BPM no ambiente padrão utilizado pelo TJPA (Bizagi), sendo o registro resultante disponível para consulta via web.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO

Melhoria da Infraestrutura e governança de TIC

INICIATIVA ESTRATÉGICA

Aprimoramento da segurança da informação

RESPONSÁVEIS

Nilce Longhi Ramôa, Servidora - (Macro)

Cláudio Luis da Silva Cabral, Servidor - (Ação)

AÇÃO

11.3.2

ATUALIZAR OS AMBIENTES TECNOLÓGICOS

DESCRIÇÃO

Realização de manutenções periódicas e implementação de novas tecnologias para manter os ambientes atualizados, conforme orientações dos fabricantes, proporcionando melhor desempenho nos serviços de TIC e manter contratos de suporte técnico garantindo a segurança das informações do Poder Judiciário Estadual.

ETAPAS

- 11.3.2.1 Atualização da infraestrutura de sistemas operacionais Microsoft, RedHat e VMware;
- 11.3.2.2 Elaboração de documentação para contratação de licenças das soluções Microsoft;
- 11.3.2.3 Contratação de licenças das soluções Microsoft;
- 11.3.2.4 Elaboração de documentação para contratação de licenças das soluções Redhat;
- 11.3.2.5 Contratação de licenças das soluções Redhat;
- 11.3.2.6 Elaboração de documentação para Contratação de licenças das soluções VMware;
- 11.3.2.7 Contratação de licenças das soluções VMware;
- 11.3.2.8 Elaboração de documentação para contratação de licenças das soluções Oracle;
- 11.3.2.9 Contratação de licenças das soluções Oracle;
- 11.3.2.10 Elaboração de documentação para contratação de suporte PostgreSQL;
- 11.3.2.11 Contratação de suporte PostgreSQL;
- 11.3.2.12 Implantação da solução de backup;
- 11.3.2.13 Atualização da infraestrutura de servidores físicos da Cisco UCS;
- 11.3.2.14 Atualização do ambiente de virtualização da VMware;
- 11.3.2.15 Atualização da infraestrutura de servidores de aplicação JBoss e IIS;
- 11.3.2.16 Atualização dos SGBD Oracle;
- 11.3.2.17 Atualização do SGBD MS-SQL Server;
- 11.3.2.18 Atualização dos SGBD PostgreSQL;
- 11.3.2.19 Atualização e expansão do ambiente do armazenamento de dados (storage) da NetApp;
- 11.3.2.20 Atualização da infraestrutura de conectividade de rede dos Datacenters;
- 11.3.2.21 Implantação da solução de conectividade entre os Datacenters com tecnologia DWDM;
- 11.3.2.22 Elaboração de documentação para contratação de suporte técnico e garantia do firewall do Palo Alto;
- 11.3.2.23 Contratação de suporte técnico e garantia do firewall do Palo Alto;
- 11.3.2.24 Atualização da infraestrutura de firewall do Palo Alto;

- 11.3.2.25 Elaboração de documentação para contratação de suporte técnico e garantia da solução do controle de conteúdo (BlueCoat);
- 11.3.2.26 Aprimoramento do monitoramento dos serviços de TIC;
- 11.3.2.27 Organização do cabeamento lógico nos armários de telecomunicações (racks);
- 11.3.2.28 Substituição de equipamentos de rede (switches) das comarcas;
- 11.3.2.29 Adequação da infraestrutura do servidor de aplicação para atender o aumento de demanda das novas implantações do PJe;
- 11.3.2.30 Capacitação da equipe técnica para operar e administrar equipamentos de rede do Datacenter;
- 11.3.2.31 Elaboração de documentação para contratação de capacitação em soluções Microsoft, VMware, Redhat, Oracle, Cisco, Zabbix, PostgreSQL e demais soluções de infraestrutura;
- 11.3.2.32 Contratação de capacitação em soluções Microsoft, VMware, Redhat, Oracle, Cisco, Zabbix, PostgreSQL e demais soluções de infraestrutura;
- 11.3.2.33 Implementação de redundância das bases de dados;
- 11.3.2.34 Adequação da redundância no ambiente de virtualização de Datacenter.

EXECUÇÃO

Já foram concluídas as etapas de elaboração de documentação e contratação de licenças das soluções Oracle e PostgreSQL, atualização e expansão do ambiente do armazenamento de dados (storage) da NetApp, implantação da solução de backup, atualização da infraestrutura de conectividade de rede dos Datacenters, organização do cabeamento lógico e adequação da infraestrutura do servidor de aplicação, atualização do ambiente de virtualização da VMware, elaboração de documentação para contratação de suporte técnico e garantia do firewall do Palo Alto, organização do cabeamento lógico nos armários de telecomunicações (racks) e adequação da redundância no ambiente de virtualização de Datacenter.

A elaboração de documentos para contratação de licenças das soluções Microsoft, VMware, Oracle, PostgreSQL, e Redhat foram concluídas. Também foi finalizada a implantação da solução de backup, com a solução de backup Simpana em consonância com a infraestrutura já existente. A atualização de infraestrutura de software de sistemas operacionais Microsoft, Redhat e VMWare alcançou 100% de execução. Verifica-se que há três SGBD mantidos no ambiente tecnológico com ações de atualização (MS-SQL-Server, Oracle e Postgres). Esses SGBDS distribuem a tarefa de gestão de bancos de dados ao longo de várias aplicações. Além disso, também houve a contratação de suporte técnico para solução de Firewall Palo Alto, cuja infraestrutura física foi concluída. O sistema BlueCoat responsável pelo controle de conteúdo (filtro Web) foi concluído como solução de software, porém avaliou-se como positivo dispensar o suporte técnico.

A infraestrutura física de servidores Cisco UCS (Unified Computing System) foi concluída com a atualização de 4 (quatro) equipamentos. Além disso, se procedeu a melhoria da infraestrutura pela expansão do ambiente de armazenamento de dados (storage) da NetApp, no Data Center do Fórum Cível. O software já pode ser atualizado. A conectividade de rede de fibra óptica dos datacenters foi concluída no mês de julho de 2017. Isso permitiu a implantação da tecnologia Dense Wavelength Division Multiplexing (DWDM) responsável pela conectividade dos Datacenters, porém de forma parcial, pois ainda constam irregularidades que podem impactar no desempenho dessa solução de conectividade, com 30% executado para essa etapa. A organização do cabeamento lógico nos armários de telecomunicações (racks) está concluída em 15 unidades, enquanto a substituição de equipamentos switches das comarcas atingiram 100% executadas. Ao todo 100 unidades de swiches foram instaladas nas unidades judiciárias da RMB e interior do Estado. Novos servidores de aplicação foram instalados para implementar o balanceamento de carga proveniente do aumento da demanda por novas implantações do PJe.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO

Melhoria da Infraestrutura e governança de TIC

INICIATIVA ESTRATÉGICA

Fortalecimento da governança na área de tecnologia da informação e comunicação

RESPONSÁVEIS

Nilce Longhi Ramôa, Servidora - (Macro)

Miguel José de Almeida Pernambuco

Filho, Servidor - (Ação)

AÇÃO

11.4.1

IMPLANTAR PROCESSO DE GERÊNCIA DE CONFIGURAÇÃO

DESCRIÇÃO

Implantação de Processo de Gerenciamento de Configuração com adaptações de melhores práticas de mercado (ITIL), visando aumentar a eficiência e a eficácia do Gerenciamento de Serviços de TIC a partir da disponibilização de informações atualizadas dos componentes envolvidos na elaboração e transição de projetos, bem como na operação dos serviços de tecnologia.

ETAPAS

- 11.4.1.1 Atualização/Customização da Ferramenta de Gerenciamento de Serviços;
- 11.4.1.2 Atualização do Inventário Físico de Ativos de Microinformática;
- 11.4.1.3 Atualização do Inventário Físico de Ativos de Rede;
- 11.4.1.4 Implantação/Configuração da Ferramenta de Inventário Lógico de Ativos;
- 11.4.1.5 Implantação do Processo de Gerenciamento de Configuração.

EXECUÇÃO

A Implantação de processo de gerência de configuração, está em andamento, a melhoria consistiu na customização de ferramenta de gerenciamento de serviços, atualização de inventário físico de ativos de microinformática e de rede, ambos concluídos em abril/2018. A gerência de configuração em si ainda não foi iniciada, pois os softwares gratuitos disponíveis ainda estão em fase de testes no Tribunal.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO

Melhoria da Infraestrutura e governança de TIC

INICIATIVA ESTRATÉGICA

Fortalecimento da governança na área de tecnologia da informação e comunicação

RESPONSÁVEIS

Nilce Longhi Ramôa, Servidora - (Macro)

Márcio Góes do Nascimento, Servidor - (Ação)

AÇÃO

11.4.2

IMPLANTAR ESCRITÓRIO DE PROJETOS

DESCRIÇÃO

Implantação de escritório de projetos, conforme recomenda a Resolução nº 211/2015 do CNJ, adotando metodologia própria, baseada nas melhores práticas de gestão de projetos, com a padronização de procedimentos e processos.

ETAPAS

- 11.4.2.1 Revisão do Normativo do Escritório de Projetos;
- 11.4.2.2 Implantação de Ferramenta de Gestão de Projetos;
- 11.4.2.3 Planejamento dos Projetos da Secretaria de Informática;
- 11.4.2.4 Construção de Ferramentas de Acompanhamento de Projetos utilizando indicadores.

EXECUÇÃO

Foi realizada a implantação de escritório de projetos, conforme recomenda a Resolução nº 211/2015 do CNJ, adotando metodologia própria, baseada nas melhores práticas de gestão de projetos, com a padronização de procedimentos e processos. A execução de 12 projetos na secretaria de informática contou com essa padronização.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO

Melhoria da Infraestrutura e governança de TIC

INICIATIVA ESTRATÉGICA

Fortalecimento da governança na área de tecnologia da informação e comunicação

RESPONSÁVEIS

**Nilce Longhi Ramôa, Servidora - (Macro)
Evandro de Amorim Lélis, Servidor - (Ação)**

AÇÃO

11.4.3

EXPANDIR A METODOLOGIA DE GESTÃO DE CONTRATOS

DESCRIÇÃO

Identificar melhor solução entre as disponíveis no mercado e/ou em uso neste e em outros tribunais, e implementar nas Coordenadorias da STIC software para gestão dos contratos de TIC.

ETAPAS

- 11.4.3.1 Definição da solução a ser utilizada;
- 11.4.3.2 Implementação de melhorias e adaptações;
- 11.4.3.3 Testes e correções;
- 11.4.3.4 Implantação da solução.

EXECUÇÃO

Após a avaliação dos softwares de gestão de contratos disponíveis no mercado em confronto com a possibilidade de desenvolvimento na própria Secretaria de Informática do TJPA, optou-se por desenvolvimento próprio. O desenvolvimento do software GestaoAplic foi realizado com posterior treinamento com as pessoas que gerenciam contratos na Secretaria de Informática, e na medida da necessidade alguns ajustes devem ser feitos.

SITUAÇÃO



INICIATIVA DA PRESIDÊNCIA

Esta iniciativa é composta por 2 ações, com **100%** de execução, que são: elaborar programa integrado de segurança do Poder Judiciário e implantar projeto piloto de segurança. Ressalta-se que o projeto piloto de Segurança será implantado na comarca de Tomé-Açu.

Ações

- I. Elaborar programa integrado de segurança do Poder Judiciário;
- II. Implantar projeto piloto de segurança.

MACRODESAFIO

Presidência

INICIATIVA ESTRATÉGICA

Presidência

RESPONSÁVEIS

Desembargador Rômulo José Ferreira Nunes - (Macro)

Desembargador Rômulo José Ferreira Nunes - (Ação)

AÇÃO

12.1.1

ELABORAR PROGRAMA INTEGRADO DE SEGURANÇA DO PODER JUDICIÁRIO

DESCRIÇÃO

Elaborar programa de segurança para o Poder Judiciário do Estado do Pará, em consonância com a Política Nacional de Segurança do Poder Judiciário instituída pelo CNJ, a fim de possibilitar aos magistrados e servidores da Justiça o pleno exercício de suas atribuições.

ETAPAS

- 12.1.1.1 Instituição de grupo de trabalho interssetorial subordinado à Comissão Permanente de Segurança;
- 12.1.1.2 Realização de pesquisa sobre segurança em Tribunais de pequeno e médio porte;
- 12.1.1.3 Definição do escopo do Programa de Segurança;
- 12.1.1.4 Elaboração do Programa de Segurança.

EXECUÇÃO

A elaboração do programa integrado de segurança foi realizada pelo Grupo de Trabalho Intersetorial e foi entregue ao Presidente da Comissão Permanente de Segurança Institucional, para submissão aos membros da CPS. Apresentação do Plano Orgânico de Segurança com a minuta de resolução e exposição de motivos. O Plano de Segurança Institucional do Poder Judiciário do Estado do Pará, que ora se apresenta, trata do cumprimento das Resoluções nºs 104 e 239 editadas pelo CNJ, que dispõe sobre as medidas administrativas para a segurança de magistrados e servidores e do patrimônio do TJPA.

SITUAÇÃO



MACRODESAFIO

Presidência

INICIATIVA ESTRATÉGICA

Presidência

RESPONSÁVEIS

**Desembargador Rômulo José Ferreira
Nunes - (Macro)**

**Desembargador Rômulo José Ferreira
Nunes - (Ação)**

AÇÃO

12.1.2

IMPLANTAR PROJETO PILOTO DE SEGURANÇA

DESCRIÇÃO

Eleger unidade do Poder Judiciário do Estado do Pará para implantar modelo de segurança em conformidade com o programa elaborado

ETAPAS

- 12.1.2.1 Definição da comarca piloto, incluindo estudo de viabilidade técnico operacional e financeiro;
- 12.1.2.2 Contratação de projetos complementares e compatilização para adequação;
- 12.1.2.3 Elaboração de projetos de adequação;
- 12.1.2.4 Elaboração do termo de referência;
- 12.1.2.5 Realização de aquisições e contratações;
- 12.1.2.6 Instalação dos equipamentos de segurança no projeto piloto;
- 12.1.2.7 Disponibilização dos serviços de segurança no projeto piloto.

EXECUÇÃO

O Projeto Piloto teve como objetivo a escolha de um Fórum dentre as Comarcas do Estado do Para, em que fosse implementada as medidas de segurança que devem replicadas para os demais fóruns. A Comarca escolhida foi a de Tomé-Açu. Na data de 13/12/2018, foi inaugurado o novo Fórum de Tomé-Açu com a presença do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado. A implantação do projeto piloto de segurança na Comarca de Tomé Açu foi realizada contratação de empresa de engenharia por meio do contrato nº 38/2018.

SITUAÇÃO

